

Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Nº.199 - ano 20 | Julho de 2017 | Publicação Mensal | Preço: €0,50 (iva incluído)
Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública

**Incêndios matam
64 pessoas e devastam
floresta nacional**

**Comando e
comandantes
“debaixo de fogo”**

**É urgente a
Profissionalização!**





editorial

Foto ANBP



Por Fernando Curto,
Presidente da ANBP

Desta vez... vai ter de ser diferente!

Estamos, outra vez, perante um Verão quente. De temperaturas e de incêndios. Ainda não esquecemos outros Verões de grandes incêndios e muitos prejuízos. E vidas humanas que se perderam. Bombeiros que morreram em serviço.

Estamos, outra vez, perante polémicas de apurar responsabilidades.... Se é do Siresp? Se é da Protecção Civil? Se a informação não chegou a quem devia, a tempo e horas? Se a culpa é da reforma florestal que teima em não ser feita? E então? Quem é responsável por isto? Ou quem são os responsáveis, porque são certamente os deputados (de todas as bancadas) e os governantes (de todas as cores partidárias) que

não têm feito o trabalho que devem.

E agora, que morreram 64 pessoas... como é? Ficamos assim...? Não pode ser! Essas pessoas apanhadas pelo fogo, as famílias dessas vítimas, os bombeiros que lá estiveram e as famílias desses bombeiros que avançaram para combater as chamas... merecem mais! Merecem respeito. Merecem uma homenagem de todos. E merecem que se faça mais. Que se faça o que ainda falta fazer para que o país esteja, de facto, mais protegido.

Na questão da floresta, é preciso obrigar os proprietários a limpar terrenos, assim como devem ser limpos os terrenos do Estado. E entendam-se lá, por favor, quanto aos eucaliptos!

E quanto aos bombeiros, há ainda tanto para fazer!

Mas as propostas estão em cima da mesa do governo. A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais fez essas propostas e aguarda o desfecho do processo negocial.

E faltam bombeiros! Sim, bombeiros que estejam prontos a agir! Portanto, bombeiros profissionais que garantam a primeira intervenção de qualidade em todo o país. Temos Sapadores e Municipais nas principais cidades, e já temos corpos profissionais em muitas associações de bombeiros voluntários... Há muito tempo que a ANBP reclama a profissionalização dos bombeiros. Não é só de agora.... No entanto, também aqui ainda não foi feito o que se devia fazer.

A ANBP também defende a profissionalização da carreira para os Comandantes (CONAC e CODIS). Precisamos de ter, aos mais alto nível, uma estrutura de comando capaz e com formação, para garantir a articulação de meios humanos e materiais.

A ANBP também defende, e continua a defender, a importância dos Governos Cívicos. Acabaram com este órgão intermédio, que era muito importante em termos de protecção civil. E o que se criou foi uma enorme distância entre o Ministério da Administração Interna e as Câmaras Municipais. Não há interlocutores próximos, nem representante do governo que dialogue os

autarcas. E isto tem reflexos também ao nível do processo de tomada de decisão.

Se está tudo mal? Bom.... podia estar melhor!

Comissão técnica sem bombeiros

Na sequência dos incêndios de Junho, foi criada uma comissão técnica independente para apurar o que se passou.... Foi, entretanto, anunciada a sua composição, as personalidades escolhidas para analisarem o assunto. Nem um único bombeiro! Nem um representante de uma associação de bombeiros! Nem um bombeiro será ouvido pelo grupo de peritos! Não se entende.

Vamos ficar à espera das conclusões dessa comissão técnica. E do nosso lado, ANBP, iremos depois fazer a nossa própria avaliação. Nós e o país inteiro, que espera por respostas sobre o que causou ou o que não travou o incêndio que provocou 64 vítimas mortais.

Enquanto dirigente da Associação que representa os bombeiros profissionais de todo o país, e enquanto bombeiro, espero que essa resposta sirva para dar descanso às vítimas e famílias. E para dar descanso aos bombeiros, que precisam ter o dispositivo pronto a funcionar (inclui Comando, Comunicações, Meios Aéreos, etc.) porque ainda têm um Verão pela frente....

Posto de Vigia

✚ Mais

✚ ANBP/SNBP aplaudem a nomeação de Miguel Freitas para Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, com a missão de executar a reforma estrutural das florestas.

✚ ANBP/SNBP congratulam-se com a nomeação de Fátima Fonseca para Secretária de Estado da Administração e Emprego Público.

✚ A realização do primeiro encontro regional dos bombeiros profissionais da Região Autónoma dos Açores permitiu a união de todos e a definição de estratégias para o sector

✚ A cidade do Funchal vai receber a 10ª edição do Dia Nacional do Bombeiro Profissional, no dia 11 de setembro.

✚ A reforma da floresta, aprovada na Assembleia da República a 19 de julho, determina que a partir de agora passa a ser necessária autorização do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas para plantar ou replantar uma área ardida com esta espécie.

✚ Menos

✚ A situação vivida pelos bombeiros profissionais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos, que apenas receberam os seus vencimentos a 10 de julho (referente a junho) testemunha os problemas laborais vividos por estes profissionais.

✚ A comissão de investigação dos Incêndios de Pedrógão não inclui representantes dos bombeiros.

Este jornal está escrito
ao abrigo do novo
acordo ortográfico

Consulte o nosso site
em www.anbp.pt e o
nosso Facebook

ficha técnica

Jornal da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais
Instituição de Utilidade Pública

Diretor
Filomena Barros

Diretor-Adjunto
Sérgio Rui Carvalho

Redação
Cátia Godinho
Alexandra Martins Silva

Fotografia
Gab. Audiovisual ANBP

Grafismo
João B. Gonçalves

Paginação
João B. Gonçalves

Publicidade
Paulo Bandarra

Impressão
Gráfica Funchalense

Propriedade
Associação Nacional
de Bombeiros Profissionais
Av. D. Carlos I, 89, r/c 1200
Lisboa
Tel.: 21 394 20 80

Tiragem
25 000 exemplares

registro n.º 117 011
Dep. Legal n.º 68 848/93

Alto Risco

cupão de assinatura

Nome: _____

Morada: _____

Código Postal: _____

Profissão: _____

Telefone: _____ Tlm.: _____

Email: _____

Assinatura Anual do Jornal Alto Risco: 8 euros | Despesas de envio: 2 euros | Total: 10 euros
Enviar Cheque ou Vale de Correio para:

Associação Nacional de Bombeiros Profissionais - Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

sindicato



Por Sérgio Rui Carvalho,
Presidente do SNBP

O SIRESP tem as costas largas! Anda tudo a dormir!

Este ano, mais uma vez, e infelizmente, estamos a ter incêndios de grandes proporções com muitas vítimas, o que é lamentável. Não posso é ficar calado para, mais uma vez, todos se estarem a desculpar com o SIRESP e nós, bombeiros, continuarmos esquecidos e a servir de “carne para canhão”.

Todos querem agora preparar a reforma da floresta. Criam comissões para fazer essa avaliação e até já se fala com naturalidade na criação de uma força profissional especializada no combate, prevenção e vigilância para as florestas, ou seja, bombeiros profissionais florestais.

Onde ficam então aqueles que já fazem parte do sistema há tantos anos, que dão o corpo às balas quando tudo falhou e, como sempre, no final no Verão, são esquecidos? Falo, como é evidente, dos bombeiros, “aqueles gajos porreiros”.

Começaram os incêndios e é ver um corrupio de alguns “travestidos” de canal em canal, de jornal em jornal, a falar sobre o que aconteceu, o que não aconteceu, o que devia ter acontecido com mil e uma teorias, mas o que eu não ouvi até agora (para além das falhas no SIRESP e do desordenamento da floresta) foi que, além desses problemas, é necessário resolver e orga-

nizar os bombeiros portugueses. Até agora, nada foi feito, estando a legislação para o setor e carreiras a “marinar”. Senão, vejamos.

Força Especial de Bombeiros- 260 homens, incluindo comando, continuam sem estatuto, sem carreira e sem reforço de efetivos, sem horário legal, regulamentado. Isto não foi culpa do SIRESP nem do desordenamento florestal.

Bombeiros Sapadores e Municipais- continuam sem estatuto aprovado, carreiras congeladas, ingressos bloqueados devido a constrangimentos orçamentais das autarquias, vencimentos miseráveis, como é o caso do bombeiro municipal, que recebe o ordenado mínimo nacional, onde está já incluído o suplemento de 2,1% de disponibilidade permanente...isto não foi culpa do SIRESP nem do desordenamento florestal!

Continuamos a receber pedidos de ajuda de bombeiros profissionais das associações humanitárias, alguns com ordenados em atraso, perseguições laborais, sem carreira. Isto também não é culpa da falha do SIRESP, nem do desordenamento florestal!

Corro o país de norte a sul e ilhas, em reuniões e plenários onde contacto com muitos direções e comandos de associações humanitárias que se queixam da falta de

financiamento para o sector, dificuldades em mandar bombeiros à formação, dificuldades de recrutamento de novos bombeiros (em especial de voluntários), dificuldades gravíssimas para pagarem os vencimentos a tempo e horas aos seus profissionais, estando sempre dependentes de boas vontades das autarquias, do Estado e do INEM. Isto também não é culpa do SIRESP nem do desordenamento florestal.

Assistimos, novamente, às dificuldades do INEM em implementar as forças no terreno e dar resposta a estas ocorrências quando os bombeiros há muito reclamam mais financiamento para emergências pré-hospitalar e têm protocolos com o INEM com valores muito reduzidos e que muitas vezes mal dão para pagar os custos que os bombeiros têm com as ambulâncias INEM na sua corporação. Isto também não é culpa do SIRESP nem do desordenamento florestal.

Nos últimos dias fomos confrontados com os problemas dos comandos, da nomeação dos comandos, da formação dos comandos, da nomeação dos comandos, dos requisitos necessários para ser comandante e elemento do quadro de comando, quando todos sabemos onde está o problema, mas é mais fácil dizer que foi tudo culpa do SIRESP e do desordenamento do território.

Poderia falar mais relativamente a este tema, mas considero que estes exemplos são mais que suficientes para que as pessoas que têm responsabilidade no sector- os nossos governantes- resolvam os problemas que nós temos e não “empurrem com a bariga” os problemas do sector.

É necessário que haja uma reforma da floresta? Então que se avance e se faça! Mas não se esqueçam, nem finjam, que os bombeiros e todo o sistema que gravita em torno deles, está organizado, porque não está!

Será que ninguém viu, nestes grandes incêndios, bombeiros a dormir pelo chão ou em cima dos carros?

Será que ninguém viu bombeiros a comer em pratos de plástico, com talheres de plástico, em cantinas montadas artesanalmente, cheias de boa vontade?

Será que ninguém percebe

que uma estrutura profissional e organizada como deve de ser uma estrutura de combate de incêndios com esta dimensão- e estamos a falar de cenários característicos de uma situação de guerra- precisa de uma outra logística?

Será que ninguém viu serem feitos pedidos de donativos alimentares à população para garantirem a alimentação dos bombeiros?

A população aderiu em massa a estas solicitações, mas o que aconteceria se voltasse as costas? E se as cozinheiras e cozinheiros que se deslocaram aos quartéis de bombeiros gratuitamente para confeccionarem as refeições, não o fizessem?

É este o modelo de socorro e de logística de socorro que queremos para o nosso país? Vi cozinhas montadas pelas estruturas militares mas que não davam resposta a todos os operacionais nos vários cenários e em que a alimentação fornecida tinha em conta as funções que os bombeiros estavam a exercer, ou seja, ajustadas as necessidades nutricionais que um bombeiro tem quando está no Teatro das Operações.

Todos vimos colunas de bombeiros do Algarve, do Norte do país, de Lisboa, a fazer os trajetos de sempre. Mas afinal, onde andam tantos bombeiros, aqueles que todos dizemos que temos mas que não chegam, porque por esta altura temos que andar a ir buscá-los aos quatro cantos do país? Isto não tem custos? **Por que razão a FEB só tem, neste momento, 260 bombeiros e os GIPS da GNR mais de 700? Afinal queremos bombeiros ou Guardas- Republicanos?**

Este é um pequeno exemplo do que todos vimos nos últimos tempos. Como sempre, e para finalizar, também vimos autarquias que não acionaram planos de emergência, câmaras que não têm os planos municipais de defesa conta incêndios (PMD, FCI) atualizados ou aprovados, comandantes em partitido, corpos de bombeiros em zonas de risco elevado com apenas uma equipa de primeira intervenção porque não têm condições para ter mais, corpos de bombeiros que perderam homens no teatro das operações ou que

têm bombeiros internados porque deram tudo na defesa da sua população.

Mas será tudo isto, culpa do SIRESP e do desordenamento florestal? Então onde anda a profissão de risco dos bombeiros? Onde anda a regulamentação da sua idade para a aposentação, para terem um fim de vida digno? Onde anda um vencimento justo para esta atividade, que na maior parte dos casos é igual ao salário mínimo nacional e inferior ao vencimento que auferem qualquer profissional de uma força de segurança, seja da PSP ou da GNR?

Quando falamos no DECIF e no pagamento aos bombeiros que fazem parte das equipas do DECIF, porque não é transferido o dinheiro diretamente para cada bombeiro que faz parte dessas equipas e para a sua identificação fiscal?

Era muito fácil fazerlo e assim sabíamos quem está no dispositivo a qualquer momento e a qualquer hora. Alguém acredita que um bombeiro aguente 24 sobre 24 horas no combate aos incêndios florestais? Para quando horários máximos de 12 horas? **Não podemos ter equipas a 24 horas. Não há capacidade de resposta nem garantia de rotação das mesmas.**

“A precisão ainda vai no adro”, mas os bombeiros não podem ficar calados, porque olhando para o passado e para todos os estudos anteriores, as conclusões que aí veem serão as mesmas. Não sendo futurologista e olhando para o que aconteceu, foi mais do mesmo. Ninguém teve culpa, o sistema está bem montado. A culpa foi do SIRESP e do desordenamento florestal!

Com a idade, vamos tirando algumas conclusões destes verões e destes grandes incêndios. Nós, bombeiros, devemos ser mesmo os melhores do mundo para conseguirmos trabalhar nestas condições e aceitá-las, chegando ao ponto de morrer em serviço. A nossa coragem e abnegação fazem com que, quem manda, talvez pense que nós somos burros e que não percebemos que estamos a ser usados! Mas já o percebemos há muito!

“Os nossos valores são muito mais fortes!”



Bombeiros de Salvaterra de Magos com ordenados em atraso

O Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniu-se em plenário com os Bombeiros Profissionais da Associação de Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos, no dia 7 de julho, devido à falta de pagamento dos ordenados de junho, dos subsídios de alimentação e de férias. A juntar a isto, o pagamento tardio do trabalho das ECIN's, feito apenas a dia 6 de julho, quando alegadamente, a transferência da ANPC para a AHBV já tinha ocorrido a dia 3 de julho.

O SNBP considera a falta de pagamento dos vencimentos e subsídios de férias “uma situação intolerável, uma vez que a Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, ao ter conhecimento deste problema, transferiu de imediato verbas para a Associação Humanitária para proceder ao pagamento dos bombeiros”.

O Sindicato esclareceu, em comunicado, que “a gravidade desta situação verifica-se não

apenas ao nível da vida pessoal destes bombeiros- que não conseguem pagar as suas despesas, inclusivamente de alimentação-, mas também ao nível profissional: um dos elementos foi obrigado a faltar ao seu turno por não ter dinheiro para abastecer a sua viatura para ir trabalhar. Um problema que afeta o socorro e põe em causa a segurança da população”

O SNBP admitiu pedir a intervenção da Autoridade Nacional de Proteção Civil, porque considera que “a operacionalidade dos Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos está também a ser posta em causa pelo facto das escalas estarem a ser feitas pela direção e não pelo comando”. Em comunicado, o SNBP dá como exemplo “o facto dos dois bombeiros, sem carta de condução, terem sido escalados para a guarnição da mesma ambulância; outro exemplo, é o facto da ambulância INEM à noite não ter guarnição, uma

vez que, à revelia do comando, foram autorizadas as férias dos seus elementos, em plena fase Charlie”.

Bombeiros pagos quase a meio do mês

Grande parte do efetivo dos Bombeiros Profissionais da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salvaterra de Magos recebeu os vencimentos e subsídios de almoço a 10 de julho, faltando, no entanto, acertar o pagamento de dois bombeiros, em que num caso faltava o vencimento e outro, o subsídio de alimentação.

A situação ficou totalmente regularizada apenas no dia 12 de julho. Uma atitude que, de acordo com o SNBP “causou estranheza, uma vez que a autarquia de Salvaterra de Magos tinha já tornado pública a disponibilização de verbas para a Associação Humanitária de Salvaterra de Magos, com vista ao pagamento dos vencimentos dos seus bombeiros”.



ANBP/SNBP reuniram com C.M. Leiria: bombeiros passam para os quatro turnos

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se no dia 5 de julho com o presidente da Câmara Municipal de Leiria, Raul Castro, e com o comandante dos bombeiros municipais de Leiria, Artur Figueiredo. Na reunião esteve também presente uma responsável pelos recursos humanos da autarquia. Do lado de ANBP/SNBP estiveram presentes o dirigente nacional Carlos Ferreira, Carlos Carecho e Gonçalo Amado, bombeiro municipal de Leiria.

Na sequência deste encontro, ficou acertado o horário de 12/24 -12/48, com a passagem dos atuais cinco para quatro turnos, já a partir do dia 17 de julho.

As promoções e a mobi-

lidade intercategorias dos bombeiros foi outro assunto abordado.

A Câmara Municipal de Leiria informou ANBP/SNBP que no dia 11 de julho termina a formação para aquisição de competências para que os bombeiros possam exercer a categoria superior. A Câmara Municipal vai então avançar com o processo de mobilidade.

No que diz respeito à passagem dos bombeiros municipais de Leiria a sapadores, de acordo com fonte de ANBP/SNBP, o presidente da autarquia afirmou que está a aguardar pela publicação do estatuto do bombeiro profissional para proceder a essa alteração.

ANBP/SNBP reuniram-se depois com os bombeiros municipais de Leiria, em plenário, onde Gonçalo Amado foi eleito como delegado sindical.



ANBP/SNBP reúne com C.M. Coimbra

O secretariado regional do centro de ANBP/SNBP reuniu-se, no dia 3 de maio com a vice-presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Rosa Reis Marques, com o vereador da proteção civil Jorge Alves e com

o Comandante da Companhia Bombeiros Sapadores de Coimbra, Avelino Dantas. Durante a reunião foi abordada a questão do fardamento dos efetivos dos Sapadores de Coimbra e a questão de formação.

Reforma sem penalização para trabalhadores com longas carreiras contributivas

O ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José António Vieira da Silva, anunciou depois de uma reunião da concertação social, dia 27 de junho, que os trabalhadores com longas carreiras contributivas vão poder reformar-se sem penalizações a partir de outubro.

Num comunicado do Governo, do dia 27 de junho, é referido que esta medida deverá inclu-

ir 15 mil novos pensionistas em dois anos, com um custo anual de 49 milhões de euros o orçamento público. Os trabalhadores abrangidos têm mais de 60 ou mais anos de idade e mais de 48 anos de carreira, ou 46 ou mais anos de descontos e que tenham começado a contribuir para o sistema aos 15 anos de idade.

José Vieira da Silva acrescentou que relativamente às reformas antecipadas sem penalizações,

para trabalhadores com 60 anos de idade e 40 anos de carreira, “há um impacto na Segurança Social que não permite ser sustentado”, mas que “a possibilidade de antecipar a idade da reforma sem pôr em causa os equilíbrios estruturais da Segurança Social vai dar um pouco mais de trabalho, mas creio que poderemos finalizá-la este ano, para que logo no início de 2018 – haja um primeiro passo nesse sentido”.

açores

ANBP/SNBP já tem Secretariado Regional nos Açores



A

Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais promoveram no dia 1 de julho, um encontro “histórico” para os bombeiros profissionais da Região Autónoma dos Açores. Bombeiros profissionais de todas as ilhas reuniram-se, pela primeira vez, para debaterem os seus problemas e encontrar soluções. Os bombeiros profissionais das Associações Humanitárias da Região Autónoma dos Açores “pretendem que a atividade dos bombeiros dos Açores seja regulamentada através de “um Acordo Coletivo ou de um estatuto próprio que salvaguarde a especificidade dos bombeiros dos Açores de forma que abranja todos os bombeiros, independentemente da sua função, seja ela atividade nos aeroportos, no

pré-hospitalar, combate a incêndios ou acidentes”, explica ANBP/SNBP em comunicado.

Os bombeiros reivindicam ainda um vínculo laboral que enquadre os vencimentos de todos estes bombeiros “de forma uniforme e justa”, horários de trabalho que salvaguardem os serviços específicos que os bombeiros prestam. Os bombeiros consideram ainda que devem ser dadas garantias de financiamento aos bombeiros para que todos tenham as mesmas condições.

No final do encontro, e em comunicado, os bombeiros profissionais dos Açores referiram algumas das medidas a tomar. Entre elas, a aplicação da portaria 10 de 2010 e solicitar os respetivos pagamentos em atraso a alguns bombeiros em algumas corporações do arquipélago, a regulamentação dos horários de trabalho e negociação dos mesmos com os representantes locais de ANBP/SNBP, condições de trabalho nos quartéis ao nível da habitabilidade e equipamentos, condições de segurança ao nível dos equipamentos de proteção individual (EPI), acesso à formação de forma igual e com as mesmas condições, criação de um estatuto próprio para os bombeiros das ilhas que re-

conheça a profissão de risco e a antecipação das idades de reforma, aumento dos apoios financeiros para o setor e que ANBP/SNBP possam estar representados nesta nova legislação.

Os bombeiros reivindicam ainda um fardamento único, apólices de seguro mais favoráveis, a criação de equipas de primeira intervenção e inspeções e fiscalização por parte do serviço regional aos corpos de bombeiros para verificar as condições de trabalho.

Foi ainda criado o Secretariado Regional dos Açores de ANBP/SNBP e apontada a sua constituição.

ANBP/SNBP querem equipas de primeira intervenção nos Açores e Acordos Coletivos de Trabalho

O presidente do Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais (SNBP), Sérgio Carvalho, defendeu a criação de equipas de primeira intervenção nas corporações dos Açores. De acordo com o responsável, vai ser solidária a criação de equipas de primeira intervenção para incêndios, acidentes e outras ocorrências. “Não há uma única corporação dos Açores

que tenha essas equipas constituídas”, pelo que “quando há uma ocorrência tem que se ver quem é que está no quartel ou andar a correr a chamar pessoas”.

Sérgio Carvalho acrescenta que no resto do país “há equipas para o pré-hospitalar e há equipas para os incêndios, pagas parte pelas câmaras, parte pelo Governo Regional ou pelo Governo Central, ou então pagas exclusivamente pelas câmaras ou as associações assumem esse valor”, adiantou.

Sobre o financiamento das corporações de bombeiros voluntários dos Açores, o presidente do Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais avança que “há um grande problema a nível do financiamento das estruturas associativas dos copos de bombeiros, porque vivem muito consoante a vontade das autarquias, do número de associados e do Governo Regional”, declarou.

Já Fernando Curto, presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, que organizou este primeiro encontro, defende a implementação, nos Açores, de Acordos Coletivos de Trabalho para os bombeiros a tempo inteiro e que tenham em conta

as especificidades das várias associações de bombeiros que existem na Região.

“A situação de Ponta Delgada não é igual à de outra associação, elas são todas diferentes e, por isso, os acordos coletivos de trabalho iriam incidir especificamente em cada associação, abrangendo questões como o subsídio de risco, as horas extraordinárias ou a tipificação dos vários serviços”, explicou à margem deste 1º Encontro Regional dos Bombeiros Profissionais dos Açores.

Fernando Curto defende que a implementação de acordos coletivos de trabalho para os bombeiros profissionais dos Açores passa necessariamente por uma negociação com o Governo Regional. Estes e outros assuntos deverão ser tratados com os responsáveis da Secretaria da Saúde e da Proteção Civil. Entre eles, a nomeação dos comandantes dos bombeiros, no sentido de dar maior peso às associações nesse processo, em detrimento do Governo Regional.

Fernando Curto lamenta que as direções das associações de bombeiros nos Açores “não tenham grande poder de substituição ou de organização dos seus elementos de comando”.

“Não se faz um bombeiro nem num dia, nem numa semana.”



Emanuel Sousa, que foi comandante dos Bombeiros Voluntários de Ponta Delgada, foi o primeiro bombeiro da região Autónoma do Arquipélago dos Açores que o Sindicato Nacional dos Bombeiros Profissionais representou.

Agora, bombeiro profissional dessa mesma corporação, Emanuel Sousa falou ao Alto Risco e enumerou as principais preocupações dos operacionais dessa região insular.

Além do que espera deste 1º Encontro, quais são as principais preocupações que gostaria de ver discutidas?

Espero que fique definido o secretariado regional dos Açores e as pessoas que vão fazer parte dele e que seja constituído por pessoas de várias ilhas, que não seja um grupinho de uma ilha só.

Aquele desentendimento entre as associações e as direções seja entre os comandos e as direções, ou seja, os presidentes a quererem ser comandantes, os comandantes a quererem ser presidentes; isso tem que acabar, tem que haver aqui uma distinção entre o que é operacional e o que é diretivo.

Preocupa-nos a notícia dos aeródromos da SATA de não serem os bombeiros a desempenhar o trabalho que estavam a fazer até agora, porque vai dar muitos problemas para o pessoal que lá está. É o meio de sobrevivência daquelas famílias. Isso preocupa-nos também, apesar de nós aqui sermos um bocado diferentes, não dependemos da SATA, mas sim da ANA, mas é um problema que nos pode acontecer da mesma forma. No nosso caso, o que é que vamos fazer com quase 30 pessoas? A associação não tem capacidade para absorver esses elementos todos.

Temos também a questão do decreto 10/2010, que diz lá no final que foi ouvido o Conselho Regional de Bombeiros. Mentira, não foi ouvido coisíssima nenhuma. Eles fazem a lei e depois decidem aquilo que querem, não nos ouvem. Nós é que trabalhamos no terreno, nós é

que sabemos o que pretendemos, mas o Governo faz “orelhas moucas” e faz o que quer.

Preocupa-nos também as mudanças constantes de comandantes. Aqueles outros elementos do comando, que deviam sair com o comandante, agarram-se ali ao posto [...] e ficam ali agarrados de tal forma ao poder, como se lhes desse algum protagonismo ou mais alguma coisa. Não lhes dá absolutamente nada. Falo por experiência própria porque fui comandante desta casa, aliás, foi por minha causa que o sindicato cá apareceu.

Preocupa também aqui a Associação de Ponta Delgada. Nós somos quase todos da mesma idade e quando formos para a aposentação, vamos praticamente todos ao mesmo tempo. Eu não estou a ver nenhuma direção, e isso já foi proposto a algumas direções, que fogem do assunto como “o diabo da cruz”; a resposta é sempre a mesma, “quem vier nessa altura que se desenasque”. Quando chegar a altura, vão sair umas dez, doze pessoas que são funcionárias da casa e não há ninguém para os substituir, porque não se faz um bombeiro nem num dia nem numa semana.

Os jovens interessam-se no trabalho dos bombeiros?

Eles [os jovens] gostam de ser bombeiros, mas já estão de tal forma cansados de serem enganados. Quer pelas direções, quer pelos governos, com promessas vãs que não chegam lado nenhum e acabam por, em vez de serem bombeiros voluntários, acabam por ser mercenários, ou seja, “eu vou fazer o serviço, mas só

se me pagarem”. O voluntariado está a ser neste momento um bocadinho perigoso.

E em relação à formação?

Nós dependemos do Serviço Regional de Proteção Civil e de Bombeiros dos Açores que tem um centro de formação, que por sua vez tem acordos com o INEM, com o Batalhão de Sapadores de Lisboa, e acordos com a Escola Nacional de Bombeiros. São entidades que fazem formação de maneira diferente, ou seja, não há um conteúdo que seja idêntico. Há uns que são mais bem formados, uns que são mais mal formados, mas no sentido da formação propriamente dita. Estas entidades deviam-se juntar e devia haver um plano de formação igual para toda a gente; todas as escolas falam a mesma linguagem e o bombeiro, que venha do norte do país, que venha dos Açores ou da Madeira, vai sair exatamente com o mesmo conhecimento, com as mesmas oportunidades.

Somos a única região do país em que temos de fazer certificações de desencarceramento. No continente, o pessoal faz o curso e pronto, não têm de fazer as certificações de três em três anos; quando há alguma novidade, fazem um workshop e aprendem os novos materiais, as novas técnicas. Aqui não. Aqui continua-se a fazer as certificações. O que acontece é que as pessoas vão mudando de quadros e depois querem regressar e não podem fazer a certificação de uma coisa que não existe no resto do país. Ou seja, tem que haver igualdade entre todas as regiões. Só agora é que apareceu os cinco anos para a parte da saúde.

O Alto Risco foi ouvir outros elementos de várias corporações de bombeiros do arquipélago que estiveram presentes no encontro



José Feliciano, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Madalena do Pico

Temos o caso dos seguros dos bombeiros. Estivemos a conversar com os bombeiros de Angra do Heroísmo e existem grandes lacunas ao nível dos seguros. Temos o caso de viaturas que, em vez de irem para uma oficina própria, são concertadas dentro dos quartéis dos bombeiros em más condições e depois passam nas inspeções camufladas, o que coloca em

perigo a vida dos tripulantes.

Acho que devemos profissionalizar os bombeiros e os tripulantes de ambulância; criar a profissionalização dos mesmos e fazer distinção. O caso da SATA, que eu próprio me tenho debatido com problemas a nível dos associados; temos 14 postos de trabalho em risco, tenho falado bastante com o presidente do SNBP, Sérgio Carvalho.



Evandro Teixeira, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Angra do Heroísmo

As nossas preocupações e reivindicações vão, praticamente, ao encontro de todos os bombeiros da região. Estamos preocupados porque a nossa carreira foi regulamentada em 2010, mas essa regulamentação nunca foi aplicada nos corpos de bombeiros. O Serviço Regional disse que ela está a ser aplicada, mas a maior parte dos corpos dos bombeiros não cumpre com os tempos de descanso dos seus funcionários.

Também temos interesse que sejam revistas as nossas tabelas salariais dos bombeiros profissionais e voluntários que ficam muito aquém das nossas necessidades.

Eu penso que o primeiro encontro foi muito positivo. Conseguimos ter bombeiros de praticamente todas as ilhas, acho que só por aí mostra-se a união que temos e a determinação que temos em ver os nossos problemas resolvidos.



José Picanço, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz da Graciosa

Eu penso que o primeiro encontro foi positivo, esclareceram-se os pontos que estavam mal. Espero que no próximo encontro, que se resolvam estes problemas e os próximos que aparecerem. Estavam

todos de acordo uns com os outros, os problemas de uns são quase os mesmos problemas que os outros, alguns diferentes, mas quando os problemas surgem é preciso resolvê-los da melhor maneira.



Luís Mendonça, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores

Acho que a participação dos bombeiros no primeiro evento nos Açores foi positiva. Todas as intervenções que foram feitas lá demonstraram ter uma grande qualidade a nível dos bombeiros, que estão bem informados. Vê-se que os problemas que existem nos Açores são comuns às várias associações e isso é algo que preocupa todos os bombeiros que

exercem a sua profissão aqui na ilha. É urgente olhar para essa carreira, é urgente fazer algumas alterações, nomeadamente dessa portaria [portaria 10/2010] e também para a profissão ficar mais organizada, termos uma profissão unânime, geral a todas as ilhas onde todos os bombeiros possam exercer as suas funções com as melhores condições possíveis.

Bombeiros que participaram no encontro



► Carlos Ferreira



► Cláudio Sousa



► Jorge Aguiar



► Ruben Amaral

“Melhor gestão e melhor aplicação dos meios existentes”

No seguimento do 1.º Encontro Regional de Bombeiros Profissionais dos Açores, o Alto Risco falou com o Secretário Regional da Saúde dos Açores, que tutela os bombeiros, Rui Duarte Luís, para ouvir o comentário do Governo Regional sobre as preocupações expostas pelos bombeiros.

Durante o 1.º Encontro Regional para os Bombeiros Profissionais da Região Autónoma dos Açores, dia 1 de julho, os bombeiros apresentaram várias preocupações, como a necessidade de melhores instalações e equipamentos e a regulamentação dos horários. Que comentário faz a estas dificuldades apresentadas pelos bombeiros?

O Governo Regional dos Açores, através do Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA) tem vindo a trabalhar no sentido de melhorar as infraestruturas das corporações de bombeiros. A título de exemplo, refira-se que ainda durante o corrente ano estarão concluídas as obras nos quartéis de

Santa Maria, Lajes do Pico e das Flores.

No que diz respeito aos equipamentos, o SRPCBA efetua um acompanhamento de forma permanente e constante de todas as necessidades, tanto do respetivo serviço como de todas as corporações de bombeiros da Região, no sentido de melhor elaborar o planeamento de aquisições, seguindo a estratégia de implementar uma gestão dos equipamentos por ilha, privilegiando as necessidades a um nível mais abrangente que permita uma melhor gestão e melhor aplicação dos meios existentes.

Está prevista alguma reorganização das corporações de bombeiros, a nível regional?

No passado dia 22 de abril,

o SRPCBA promoveu uma reunião do Conselho Regional de Bombeiros, órgão consultivo que reúne todas as associações e comandos de bombeiros dos Açores, tendo sido debatidos um conjunto alargado de questões, entre as quais as adaptações ou iniciativas legislativas que devam ser estabelecidas nos Açores, pelo que este assunto está a ser estudado com todos os intervenientes.

De que forma é que o Governo Regional pode ajudar no equipamento e na melhoria das instalações de trabalho dos bombeiros?

Este ano, o Governo Regional dos Açores irá proceder à aquisição de oito ambulâncias para serem distribuídas pelas corporações de bombeiros da Região, assim como também



► Secretário Regional da Saúde dos Açores, Rui Duarte Luís

estão previstos os lançamentos dos concursos para a construção dos novos quartéis de Bombeiros na Horta, na ilha do Faial e no concelho da Povoação, na ilha de São Miguel, pelo que se reafirma que o Governo dos Açores está permanentemente atento às necessidades dos Bombeiros da Região, investindo nas suas maiores necessidades.

Está em vista algum investimento no setor da proteção civil?

Para além dos investimentos atrás mencionados, podemos ainda salientar que está previsto continuar a incrementar o nosso esforço na formação dos Bombeiros e na sensibilização da população e que o Centro de Formação do SRPCBA irá também sofrer melhoramentos ao longo do ano de 2018.

incêndios

D.R.



Onze bombeiros feridos em incêndios em Abrantes e Tomar

Num incêndio que deflagrou na freguesia do Tramagal, em Abrantes, no dia 3 de julho, nove bombeiros ficaram feridos, três deles com gravidade. No mesmo dia deflagrou outro incêndio na freguesia da Portela, em Tomar, que feriu dois bombeiros e um civil. Os dois incêndios mobilizaram mais de 700 operacionais.

Quatro dos operacionais que ficaram feridos faziam parte de uma equipa privada de bombeiros, ao serviço do grupo de empresas de celulosa Afocelca. O diretor de comunicação da empresa, Rui Batista, disse ao Diário de Notícias que

“quatro ficaram feridos no incêndio – dois têm queimaduras nos braços e nas pernas e um, mais grave, apresenta queimaduras dorsais”.

Rui Batista acrescentou que estes operacionais são profissionais que frequentam várias formações por ano e que o grupo “gasta quatro milhões de euros anuais em prevenção, com este corpo de bombeiros que conta com largas dezenas de efetivos”. Estes bombeiros estão integrados no Dispositivo Especial de Combate aos Incêndios Florestais (DECIF), desde 2005, e foram chamados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil para combater este incêndio, tal como adiantou o diretor de comunicação da Afocelca.

Os restantes cinco feridos eram bombeiros voluntários das corporações que estiveram no terreno a combater o incêndio de Abrantes.

Na freguesia da Portela, em Tomar, dois bombeiros foram apanhados pelas chamas e um civil, que tentava salvar um trator de dentro de um barracão que ardeu. O secretário da Junta de Freguesia de São Pedro de Tomar, António Vicente, explicou ao Diário de Notícias estar preocupado com a sua freguesia porque “está situada numa zona de eucaliptos, perto da aldeia de Portela, cujas habitações estiveram em perigo”.

Os dois incêndios mobilizaram 727 operacionais, 221 veículos e quatro meios aéreos.

Reforma da Floresta aprovada na Assembleia da República

A Assembleia da República aprovou, a 19 de julho, a reforma da floresta. A partir de agora passa a ser necessária autorização do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas para plantar ou replantar uma área ardida com esta espécie. O objetivo é limitar a área de eucalipto à que existe atualmente.

A reforma da floresta implica que só possa ser planta-

do eucalipto se for eliminada uma área equivalente noutro local, sendo o seu cultivo proibido em zonas para as quais ainda não haja planos diretores municipais. As autarquias vão ainda ser chamadas a definir as espécies que podem ser cultivadas no seu território.

Outras das medidas previstas na reforma da floresta, e que foram aprovadas no

Parlamento foi a alteração do Sistema de Defesa Contra Incêndios e a criação de um sistema de informação cadastral simplificada.

Foi rejeitada a proposta do Governo para criar o banco nacional de terras e o Fundo de Mobilização de Terras com os votos contra do PSD, CDS-PP, PCP e PEV e os votos a favor do PS, BE e PAN. Mobilização de Terras.



Miguel Freitas é o novo Secretário de Estado da Floresta

O governo de António Costa nomeou Miguel Freitas para Secretário de Estado da Floresta e do Desenvolvimento Rural. Miguel Freitas foi o autor do relatório sobre os incêndios ocorridos em 2014, aprovado por unanimidade. É engenheiro agrónomo e já desempenhou cargos como

director-Geral de Desenvolvi-

mento Rural, director Regional de Agricultura do Algarve, foi coordenador de Agricultura e Pescas da REPER (Representação de Portugal junto da União Europeia), presidente do Comité Especial de Agricultura da EU.

Miguel Freitas foi deputado durante 10 anos, entre 2005 e 2015.



Fátima Fonseca é a nova Secretária de Estado da Administração e Emprego Público

A pasta da Administração e Emprego Público passa a ser dirigida por Fátima Fonseca que tomou posse no dia 14 de julho, juntamente com os outros sete novos secretários de estado.

Fátima Fonseca deixou o cargo diretor municipal de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa para aceitar esta nova posição. É

licenciada em Direito e especialista em Gestão Pública. Tem experiência na área da administração pública, tendo colaborado no Programa de reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

Carolina Ferro é assim substituída na secretaria de Administração e Emprego Público, a três meses da apresentação do Orçamento para 2018.

incêndios

Governo aprova medidas extraordinárias para superar os danos dos incêndios

O Conselho de Ministros reuniu-se no dia 6 de julho, onde aprovou um conjunto de medidas de carácter extraordinário para fazer face aos danos provocados pelos incêndios que começaram no dia 17 de junho, nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela e Sertã.

Num comunicado, o Governo diz que “reconhece que estes incêndios florestais configuram uma situação excecional e que identifica as medidas de apoio imediato às populações, às empresas e às autarquias afetadas”.

As medidas “incluem reparação dos danos causados pelos incêndios nas habitações e nas atividades económicas e nas infraestruturas, medidas de apoio social e medi-

das no sentido de assegurar a prevenção e o relançamento da economia, através de um projeto-piloto de ordenamento do território florestal, do apoio à reflorestação das áreas ardidas, da diversificação da atividade económica e do aproveitamento dos recursos endógenos”.

Na conferência de imprensa realizada depois do Conselho de Ministros, o ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, avançou que “foram até agora identificadas 169 habitações de primeira habitação e aí o esforço por parte do Estado deve levar a um apoio a 100% de recuperação”, e que “no terreno a preparar tudo aquilo que pode ser feito com licenciamento prioritário, por exemplo na situação em que casas ficaram sem telhados e estão tapadas com lonas”.

Em relação ao reorde-

namento da floresta, o ministro adiantou que “o Governo decidiu também o desenvolvimento de uma estratégia de gestão orientada para a diversificação económica com base em apoios de fundos comunitários dirigidos a novos setores de atividade”.

Já noutro comunicado do Concelho de Ministros, de 22 de junho, foi anunciada a aprovação da criação de um fundo de apoio de revitalização das áreas afetadas pelos incêndios que ocorreram com o objetivo de gerir os vários donativos recolhidos na sequência dessa estratégia, “dando-lhe um destino coordenado de apoio à revitalização das áreas afetadas, garantindo prioritariamente a reconstrução ou reabilitação de habitações e o seu apetrechamento, designadamente imobiliário e utensílios domésticos”.

Áreas afetadas pelos incêndios de Pedrógão Grande e Góis vão ser “laboratórios” da floresta

O primeiro-ministro português, António Costa, anunciou que pretende fazer do território dos sete concelhos afetados pelos incêndios de Pedrógão Grande e Góis um projeto-piloto da Reforma da Floresta no reordenamento da floresta e na revitalização do interior. Este anúncio foi feito no final de uma reunião com os sete presidentes de câmara dos municípios realizada em Pedrógão Grande, no dia 28 de junho.

De acordo com um comunicado do Governo, o primeiro-

ministro frisou que “a coisa pior que pode acontecer é que a floresta volte a crescer como estava. Todos hoje sabemos bem que deixar a floresta crescer livremente é criar condições para que ela seja combustível e que não seja aquilo que deve ser - uma fonte de riqueza e de valorização económica”.

Os sete concelhos que foram afetados pelos incêndios que deflagraram no dia 17 de junho na zona do Pinhal Interior Norte, e cujos presidentes estiveram na reunião com António Costa, são: Pedrógão Grande, Castanheira de Pera,

Figueiró dos Vinhos, Pampilhosa da Serra, Góis, Penela e Sertã.

Na Comissão da Agricultura e do Mar da Assembleia da República, que decorreu no dia 28 de junho, o ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, afirmou que “esta tragédia deveria e poderia levar a iniciar a Reforma da Floresta precisamente nos municípios”, sendo que estes seriam um “laboratório daquilo que, a prazo, pode ser a floresta portuguesa bem gerida e bem ordenada”.



INEM entrega ambulâncias a Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Góis

O Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) assinou protocolos com as Corporações de Bombeiros de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Góis, no dia 12 de julho, que preveem a atribuição e renovação da frota de ambulâncias desses concelhos.

Num comunicado enviado à comunicação social, é indicado que vai ser constituído um Posto de Emergência Médica (PEM) para as corporações de bombeiros de Pedrógão Grande e Castanheira de Pera, que iniciam assim “o processo conducente à operacionalização de uma Ambulância de Socorro subsidiada pelo INEM e que se destina a prestar cuidados pré-hospitalares à população do concelho, reforçando a assistência médica pré-hospitalar a situações de acidente ou doença súbita”.

Também foi assinado um protocolo de renovação das Ambulâncias do INEM de Figueiró dos Vinhos e de Góis com as corporações desses concelhos.

O INEM acrescenta que em 2017 está previsto “criar novos PEM nos concelhos onde atualmente não existe Ambulância INEM completando o processo de capacitação de todos os concelhos do país com uma Ambulância do INEM” e “possibilitará que 23 novas Ambulâncias iniciem atividade, bem como a substituição de 41 Ambulâncias, colocando ao serviço da população um total de 64 novos meios. O investimento a realizar pelo INEM em 2017 na subsídio da aquisição destas novas Ambulâncias é estimado em 3,5 milhões de euros”.

Vieira do Minho tem desempregados a vigiar a floresta

Pelo segundo ano consecutivo, a Câmara Municipal de Vieira do Minho tem brigadas de vigilância, prevenção e auxílio no combate aos incêndios florestais, compostas por desempregados, a vigiar a área florestal do concelho, a partir do dia 1 de julho.

Os 32 elementos destas equipas estão distribuídos por todas as freguesias de Vieira do Minho. Num comunicado da autarquia, do dia 29 de junho, o presidente da Câmara, António Cardoso, explica que “esta medida para além de ocupar pessoas em situação de desemprego, constitui uma grande ajuda na prevenção e no combate aos

incêndios florestais”. Esta iniciativa corresponde a um investimento que ronda os 30 mil euros.

Cada um dos elementos foi indicado pela respetiva freguesia, com o objetivo de “prestar auxílio no que diz respeito à vigilância, deteção e auxílio no combate em caso de incêndio na freguesia de residência e freguesias vizinhas”.

Os Bombeiros Voluntários de Vieira do Minho deram a formação necessária para a vigilância das áreas florestais, mas também para o combate às chamas numa fase inicial. As equipas vão operar durante o período crítico de incêndios, de 1 de julho a 30 de setembro.

incêndios



ANBP/SNBP quer bombeiros na Comissão que investiga incêndio de Pedrógão

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais defendem que os bombeiros devem ter representação na comissão técnica independente criada para analisar os incêndios que ocorreram na região centro do país.

O Governo português apresentou a 10 de julho a constituição da comissão técnica independente que vai analisar os incêndios ocorridos em junho na região centro e dos quais resultaram 64 mortos. A presidência da comissão foi atribuída a João Guerreiro, antigo Reitor da Universidade do Algarve e entrou em funções a 11 de julho, por um período de três meses.

Entre os membros da Comissão estão também Carlos Fonseca (professor associado da Universidade de Aveiro), Edelmiro Iglésias (professor da Universidade de Santiago de Compostela), Paulo Fernandes (da Universidade de Trás-os-Montes), António Salgueiro (engenheiro florestal), o norte-americano Richard de Neufville (MIT Institute for Data).

Foram ainda indicados pelos partidos Frutuoso Pires Mateus (indicado

pelo PSD), Marc Ribau (PS), Joaquim Sandes Silva (BE), José Manuel Moura (CDS-PP), Francisco Manuel Cardoso de Castro Rego (PCP) e Paulo Mateus (PEV).

Em comunicado, a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reagiram à escolha dos nomes que vão compor esta comissão, considerando que “não foi dada voz aos que combatem os incêndios no terreno e assistem, na primeira pessoa, ao desenrolar dos acontecimentos no Teatro das Operações”, e lamentando esta opção que “denuncia que a Assembleia da República não reconhece legitimidade aos bombeiros para ajudarem a contribuir para a solução deste grave problema”.

A criação da comissão técnica foi proposta pelo PSD e aprovada no Parlamento no dia 30 de junho. Segundo a lei nº 49-A/2017 de 10 julho “os membros da comissão atuam de forma independente no desempenho das funções que lhe estão cometidas”, “não podendo solicitar nem receber instruções da Assembleia da República, do Governo ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas”.

ANBP defendeu 1200 bombeiros florestais permanentes em audição da Comissão da Agricultura e do Mar

O Diretor Nacional da ANBP, Domingos Morais, foi ouvido na reunião da Comissão da Agricultura e do Mar, no âmbito das audições do grupo de trabalho da Reforma da Floresta, da manhã do dia 4 de julho, onde defendeu uma força de 1200 bombeiros profissionais para os incêndios florestais, o

que significaria um investimento de 28 milhões de euros.

Domingos Morais sugeriu que esta força de bombeiros seja recrutada do universo nacional de bombeiros, não afetando de modo algum a existência das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários.



Pub

R&S®CMA180: Revolução em testes de rádio!

Analogico torna-se digital.
O R&S®CMA180 é um testador de radiocomunicações revolucionário para sistemas de rádio que operam na gama de 100 kHz a 3 GHz. A sua tecnologia é completamente baseada no processamento de sinal digital e computação avançada. O funcionamento intuitivo e capacidades de medição eficientes tornam o R&S®CMA180 uma ferramenta indispensável para executar medidas de rádio.

- Modulação e Desmodulação Analógica (CW, AM, FM)
- Até 150 W de pico de potência de entrada e até 100 W de potência de entrada contínua
- Nível de sinal para medidas de receptor pode ir até um mínimo de -140 dBm
- Geradores de áudio integrados
- Teste de qualidade áudio (SINAD, THD, SNR)
- Analisador de Espectros com função de varrimento integrada
- Gerador de forma de onda arbitrária



www.rohde-schwarz.com/ad/cma

ROHDE & SCHWARZ

notícias



Apresentação da nova fase da Campanha de Prevenção de Incêndios Florestais

Foi apresentada, dia 13 de julho, a nova fase da Campanha de Prevenção de Incêndios Florestais - Portugal Sem Fogos Depende de Todos, com a presença do secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes, que enalteceu o trabalho dos bombeiros portugueses durante os incêndios de Pedrógrão Grande.

Esta campanha é uma iniciativa do Movimento Eco - Empresas contra os Fogos, que ao longo de dez anos tem divulgado mensagens de sensibilização sobre os comportamentos de risco e a defesa da floresta. O presidente do Movimento, Francisco Murteira Nabo, fez questão de salientar que é a primeira vez que esta campanha, lançada em abril, é financiada por fundos europeus, nomeadamente o POSEUR - Programa Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

O foco é alertar as pessoas para três comportamentos de risco: foguetes, fogueiras

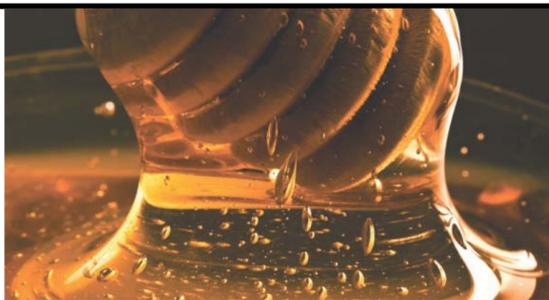
e cigarros. Várias personalidades públicas dão a cara por este movimento: Tony Carreira, Patrícia Mamona, Fernanda Serrano, Diana Chaves e Rui Unas. Miguel Rodrigues, presidente da Assembleia Geral do Movimento Eco, referiu que a campanha "já estava preparada, mas não avançou devido aos eventos recentes", referindo-se aos incêndios na região Centro do país. Miguel Lemos explicou que o investimento total é de 300 mil euros, 75% vindos do POSEUR e 25% das empresas associadas e que "a campanha começou em abril com uma campanha de limpeza de matas e vai ter agora o seu auge nos meses de julho agosto e setembro".

O presidente da Assembleia Geral do Movimento Eco entregou uns bonequinhos de chumbo a representar os bombeiros portugueses ao secretário de Estado da Administração Interna, Jorge Gomes. Este fez questão de sublinhar a importância da campanha e referiu que "os acontecimentos recentes reforçam a necessidade de insistir na prevenção". Jorge

Gomes reforçou ainda mais a tragédia recente dizendo que "as consequências humanas e materiais estão bem presentes em todos nós. [...] É preciso fazer tudo que está ao nosso alcance para que mais nenhuma vida seja perdida", e que só entre o dia 17 de junho (quando começaram os incêndios na região Centro) e o dia 7 de julho, registaram-se 1350 incêndios.

O secretário de Estado reforçou ainda a importância da estratégia preventiva nacional, a descentralização, dando ênfase às câmaras municipais e das juntas de freguesia na sensibilização das suas populações, ao papel determinante da Reforma da Floresta, e às alterações significativas feitas no DECIF 2017, como a inclusão dos militares nas operações de rescaldo dos incêndios.

Para terminar a sua intervenção na apresentação desta nova fase, Jorge Gomes disse que "não posso deixar de reconhecer o excelente trabalho dos bombeiros voluntários, dos bombeiros municipais e dos sapadores, da Força Especial de Bombeiros e do GIPS da GNR.



Apicultores dizem que mel da Lousã está em risco devido aos incêndios

Os incêndios que começaram a lavar no Pinhal Interior Norte, na região Centro, no dia 17 de junho, destruíram milhares de colmeias, pondo em risco a produção do mel certificada da Lousã.

Vários apicultores queixam-se das colmeias destruídas, mas também da destruição da flora, mais propriamente do alimento das abelhas, que "morreão de fome", tal como disse o apicultor e presidente da Cooperativa Lousãmel, António Carvalho, em declarações à agência Lusa, no dia 29 de junho. Este apicultor avançou que "a flora não vai recompor-se no espaço de três anos", visto ter ficado reduzida a cinzas. A diretora executiva da Lousãmel, Ana Paula Sanchana, referiu que os incêndios "destruíram pelo menos 30%

dos pastos" da Denominação de Origem Protegida (DOP) da Serra da Lousã, e que morreram "milhões de outros insetos que fazem a polinização".

O presidente da Cooperativa Pampimel, Luís Estêvão, disse que já era esperada uma quebra da produção devido à seca dos últimos meses e que "vai haver um redução nesta campanha e as quantidades vão ser afetadas os próximos anos".

Já o presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, José Brito, está mais otimista dizendo que "vai demorar tempo para conseguirmos normalizar esta atividade importantíssima, mas as plantas queimadas poderão rebentar daqui a um ano", frisando que "três quartos do território ainda estão verdes".

► Carta de agradecimento enviada à ANBP pela Assembleia Municipal da Figueira da Foz



Exm.ª (ª) Senhor(a)
Presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
Avenida D. Carlos I, 89 - R/C
1200-647 Lisboa

Sua referência: _____
Data: _____
Assunto: Voto de Agradecimento

Solidarizando-se com a dor dos cidadãos abrangidos pela tragédia dos incêndios que muito recentemente fustigaram os concelhos de Pedrógrão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira da Pera, Pampilhosa da Serra, Góis e Penela, os membros da Assembleia Municipal da Figueira da Foz, na sua sessão de 30 de junho de 2017, deliberaram, por unanimidade, exarar em ata um Voto de Agradecimento aos populares anónimos e a todas as entidades envolvidas no socorro e apoio das populações atingidas pela catástrofe, como forma de lhes prestar público reconhecimento pela abnegada ação humanitária desenvolvida, em alguns momentos, com risco da própria vida.

Com os melhores cumprimentos.

O Presidente da Assembleia Municipal
José Duarte Pereira
- José Duarte Pereira -



ANBP esteve na Subcomissão da Plataforma Nacional de Redução do Risco de Catástrofes

O dirigente nacional da ANBP, Arnaldo Lopes, esteve presente na Subcomissão da Plataforma Nacional de Redução do Risco de Catástrofes, onde foram analisadas as atividades realizadas nos últimos três anos e definir uma proposta de objetivos a alcançar nos próximos anos. A reunião decorreu na sede da Autoridade Nacional de Proteção Civil

(ANPC), em Carnaxide, no dia 12 de julho. As atividades desta Subcomissão serão impulsionadas ao abrigo do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030, que propõe a definição de estratégias para a redução de catástrofes, bem como o desenvolvimento da resiliência das nações e comunidades.



ANBP/SNBP reúnem com vereadora CDU de Viana do Castelo

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP/SNBP) reuniram-se no dia 6 de julho com a vereadora da CDU de Viana do Castelo, Cláudia Marinho.

Em cima da mesa esteve a passagem da designação dos Bombeiros Municipais para Bombeiros Sapadores conforme o decreto-lei 247/2007 e 248/2012, o Estatuto dos Bombeiros Profissionais das Autarquias, a situação do COS nos Teatros das operações na área de atuação própria dos bombeiros profissionais de autarquias e a disponibilidade permanente e sua ativação e sua remuneração nula.

Os representantes de ANBP/SNBP, Ricardo Fernandes e Raul Carvalho mostraram ainda preocupação em relação à necessidade de considerar a profissão como

sendo de risco e desgaste rápido, as percentagens para a aposentação.

Fizeram ainda um apelo para a apresentação de uma proposta de decreto-lei de forma transitória, como artigo 37º do decreto-lei 106/2002 para acelerar processo de passagem dos Bombeiros Municipais a Sapadores para terminar com a diferença das habilitações literárias do 9º ano e 12º ano para os elementos já na carreira, onde se encravam todos os processos de passagem a Bombeiros Municipais a Sapadores no país.

De acordo com os representantes de ANBP/SNBP, a Vereadora respondeu que iria "fazer chegar todas as nossas preocupações e problemas ao Grupo de parlamentar do seu partido através da Deputada eleita pelo ciclo de Braga na A.R."



ANBP/SNBP reuniram-se com o PAN - Partido das Pessoas, dos Animais e da Natureza

Os dois dirigentes nacionais ANBP/SNBP, Sérgio Carvalho e Domingos Morais reuniram-se, dia 7 de Julho, com o PAN, numa sessão onde se discutiu a Reforma da Floresta e a profissionalização do sector.

ANBP/SNBP defenderam a profissionalização do sector dos bombeiros, através da criação de uma força única de bombeiros profissionais, cujo vínculo seria somente com o Estado.

Pronto para intervir de forma rápida, com precisão, sem quaisquer complicações.

É também desta forma que actuamos!

Diga-nos qual é a sua "emergência"...

Sistemas de Gestão

- Qualidade
- Ambiente
- Segurança Alimentar
- Investigação Desenvolvimento Inovação (IDI)
- Serviços em Tecnologias de Informação
- EMAS ON DPC (marcação CE)

Produtos e Serviços

...e comprove a nossa eficácia na Certificação!

IPAC acreditação

CS002 Certificação Produtos

Manutenção de Extintores

www.eic.pt

Tel: 214 220 640 Fax: 214 220 649 Email: geral@eic.pt

madeira



Abertura do Concurso público para Comandante dos Bombeiros Municipais do Funchal está para breve

O presidente da Câmara Municipal do Funchal, Paulo Cafófo, confirmou ao presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto, durante uma reunião do dia 7 de julho, que está para breve a abertura de um concurso público para os Bombeiros Municipais do Funchal.

Fernando Curto esteve na ilha da Madeira, entre os dias 5 e 7 de julho, no âmbito de

um ciclo de reuniões com o objetivo de planejar a realização da 10ª edição do Dia Nacional do Bombeiro Profissional, que terá lugar na cidade do Funchal, no dia 11 de setembro, às 16 horas. O presidente da ANBP reuniu-se com os presidentes das autarquias do Funchal, Paulo Cafófo, de Santa Cruz, Filipe Sousa, Machico, Ricardo Franco, e com o vereador da

proteção civil da Câmara Municipal de Ponta do Sol, António Ramos. Fernando Curto também se reuniu com as direções de comandos das associações humanitárias de bombeiros voluntários da Calheta, Ribeira Brava e Câmara de Lobos e com os Bombeiros Sapadores do Funchal.

O Dia Nacional do Bombeiro Profissional vai ser realizado pela primeira vez fora do território continental.



ANBP/SNBP Madeira reúnem, com vereadores da C.M. Funchal

O Secretariado Regional da ANBP/ SNBP Madeira reuniu-se, a 3 de julho com os vereadores da Câmara Municipal do Funchal, Domingos Rodrigues e Madalena Nunes,

onde foram discutidos assuntos como a passagem de bombeiros municipais a sapadores, a mobilidade intercarreiras, promoções e interpretações sobre a disponibilidade permanente.



Madeira investe 1,6 milhões em postos florestais e torres de vigilância

O Governo Regional da Madeira quer melhorar as condições de operacionalidade do Corpo da Polícia Florestal com um investimento de 1,6 milhões de euros na requalificação dos postos florestais e torres de vigilância. Além deste investimento, o Governo Regional vai ter uma faixa de 'corta-fogo' nas zonas sobranceiras à cidade do Funchal para a prevenção de incêndios.

De acordo com um comunicado da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, do dia 28 de junho, já começaram as obras destinadas a renovar 12 postos florestais e seis torres de vigilância. Na sua maioria, estas estruturas têm uma idade média de 25 anos, embora haja postos e torres que foram construídos há mais de 70 e que nunca foram melhorados.

Esse comunicado refere que a secretária regional do Ambiente e Recursos Naturais, Sandra

Prada, disse que já se procedeu à entrega de "coletes anti-bala e equipamentos de proteção individual para poderem intervir no primeiro combate aos incêndios florestais".

No dia 25 de junho, é indicado num comunicado, que Sandra Prada já havia anunciado a criação de uma faixa 'corta-fogo' como uma medida para fortalecer a prevenção de incêndios da região. Este projeto foi realizado através do Instituto de Florestas e Conservação da Natureza,

Esta faixa terá uma área de 420 hectares, compostos por "árvores folhosas pouco combustíveis, como carvalhos, castanheiros e indígenas (loureiros, faias, uveiras, etc.), devidamente compartimentada por rede viária florestal, que funcionará como aceiros", no Caminho dos Pretos, entre o terreiro da Luta e o Palheiro do Ferreiro, uma zona frequentemente afetada por incêndios.

Homem condenado a 24 anos de prisão por incêndio no Funchal

Foi condenado a 24 anos de prisão o homem suspeito de ter atestado um incêndio em 2016, no Funchal, e do qual resultaram três mortos.

O arguido estava em prisão preventiva, estava acusado de incêndio florestal agravado e de três crimes de homicídio por

negligência. Foi agora condenado por homicídio negligente e crime florestal.

O incêndio começou a 8 de agosto de 2016, nos arredores do Funchal. Fez três vítimas mortais, deixou centenas de desalojados e provocou prejuízos no valor em 157 milhões de euros.

viseu



Viseu disponibiliza cartografia para ajuda da defesa da floresta

O presidente da Câmara Municipal de Viseu, Almeida Henriques, apresentou e disponibilizou, no dia 23 de junho, a cartografia das redes de defesa da floresta contra incêndio, detalhada e atualizada, aos agentes de proteção civil.

Esta cartografia permite uma fácil leitura do território e de todo o sistema de defesa e combate, facilitando a comunicação entre os diversos agentes de proteção civil, visto estes terem acesso à mesma informação. Num comunicado da Câmara de Viseu é referido que o presidente reuniu-se com a Comissão Municipal de Proteção Civil,

no dia 23 de junho, e realçou que "o planeamento e uma boa informação são indispensáveis à eficiência e eficácia do dispositivo municipal de proteção civil". Nesta reunião também foi apresentada a rede municipal de pontos de água para abastecimento dos meios aéreos, terrestres e mistos.

Esta cartografia reúne os registos das áreas de regime florestal, das áreas protegidas e das áreas ardidas no último ano superiores a cinco hectares, a identificação da rede viária florestal operacional e respetiva tipologia de veículo, da rede de pontos de água operacional e das zonas potenciais de perigo.

Novos reforços para os Bombeiros Municipais de Viseu

O corpo de Bombeiros Municipais de Viseu vai ser reforçado com 12 novos elementos. Os novos recrutados foram recebidos durante o mês de julho, para depois começarem a formação de um ano. A formação terá a duração de 920

horas, divididas em parte prática e teórica. Manuel Silva, dirigente da ANBP e bombeiro do corpo de Viseu, disse que esta recruta "aumenta consideravelmente o seu efetivo, face às suas necessidades, e é uma mais-valia".

aniversário

Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa celebraram 80 anos

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Viçosa fez, dia 27 de junho, 80 anos de existência. A celebração do aniversário foi realizada no dia 8 de julho.

O vice-presidente da corporação, Inácio Esperança, disse, em declarações à Rádio Campanário, que a data da festa do aniversário foi adiada para deixar "passar o luto que o país vi-

veu", referindo-se aos incêndios que deflagraram no centro do país, no dia 17 de junho.

O vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, Luís Nascimento, o presidente dos Bombeiros Voluntários de Palmela, Octávio Machado, e o Vice-presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Adriano Capote, estiveram presentes nas comemorações.

açores

Eleito delegado ANBP/SNBP na ilha do Faial

ANBP/SNBP através do seu delegado José Feliciano reuniu-se, dia 12 de julho, em plenário com os Bombeiros Voluntários Faialenses, onde foi apresentado o projeto da Associação e do Sindicato. Foi eleito o primeiro delegado dessa corporação, Jorge Oliveira, para representar ANBP/SNBP na ilha do Faial.

Funcionárias públicas desviaram verbas destinadas aos bombeiros

Três funcionárias públicas desviaram um milhão e trezentos e quarenta mil euros, entre 2004 e 2016, do Fundo Regional de Coesão dos Açores destinado às corporações de bombeiros voluntários da Região Autónoma.

O Ministério Público avançou com a acusação destas três funcionárias da secção administrativa e financeira do Fundo Regional de Coesão, em Ponta Delgada, no dia 16 de junho de 2017, de "um crime continuado de peculato, [...] duas delas, com um crime continuado de falsidade informática", tal como é indicado

num comunicado da Procuradoria da Comarca dos Açores, do dia 10 de julho.

O mesmo comunicado esclarece que "as arguidas são acusadas de, no período compreendido entre Setembro de 2004 e Julho de 2016, no exercício daquelas funções, terem desviado, para contas bancárias próprias, verbas globais superiores a um milhão e trezentos e quarenta mil euros, que se destinavam, entre outros fins, a suportar participações financeiras devidas aos bombeiros voluntários da Região Autónoma dos Açores pela aquisição de combustível."

JACINTO

LÍDERES EM VEÍCULOS DE COMBATE A INCÊNDIOS





PME líder



Jacinto Marques de Oliveira, Sucrs, Lda

Sede: Av. dos Correios, 191 - Apartado 47
3885 - 999 Esmoriz, Portugal

Escritórios e Armazém: Rua do Campo Grande, 132-184
3885 - 530 Esmoriz

Tel. +351 256 750 300 Fax. +351 256 751 481
info@jacinto-Lda.com
www.jacinto-Lda.com



Domingos Morais
Diretor Nacional
ANBP

opinião

Incêndio florestal de Pedrogão. Tragédia anunciada! Crime, negligência ou incúria? Responsabilidades? Penas e sanções?

A abordagem que se seguirá neste artigo de opinião, irá de certeza transparecer uma ideia de que se tenta aqui fazer uma caça às bruxas para se encontrarem os culpados do que que correu mal em toda a a operação de socorro.

Não... Não se pretende encontrar a todo o custo bodes expiatórios. Contudo também os portugueses em geral e os familiares das vítimas em especial (mais uma vez e tal como aconteceu nos trágicos incêndios de 2003-2005), continuarem sem saber o que aconteceu e sem sequer o Estado apurar responsabilidades criminais a vários níveis e em todas as entidades que fazem parte do sistema nacional de socorro.

Sim, é preciso de uma vez por todas encontrar responsáveis... A atitude criminosa, a negligência ou a incúria tem de ter consequências! E Doa a quem doer!

E também não vale a pena fazer como tem sido costume e o mais fácil entre a sociedade civil e a oposição política, como se isso fosse a cura para todos os males, que é o de pedir a demissão do político que tem a tutela.

DEMISSÃO? SEM CONSEQUÊNCIAS?

Isto só pode revelar a tacaidez, a mesquinhez política e o pôr a cabeça na areia para não ver que a culpa é de todos mas em especial de alguns. A **DEMISSÃO** não resolve nada, isso é a fuga para a frente.

A quezília e o combate político e a consequente demissão é de um ridículo que mais parece querer esconder as responsabilidades do actual Governo e dos governos que o antecederam.

Neste momento o que interessa do ponto de vista institucional e operacional, é escalpe-lizar o que realmente aconteceu ou aparenta ter acontecido, ou que não aconteceu e deveria ter acontecido. Alterações legislativas e directivas operacionais que supostamente iriam alterar tudo para melhor, bem como o redimensionamento do DECIF projectado por "técnicos altamente credenciados", foram anunciadas como soluções de ouro com toda a pompa e circunstância.

Mas se tudo foi supostamente elaborado, afinal o que é que aconteceu?

ENTÃO QUEM, O QUÊ, COMO, QUANDO E PORQUE FALHOU?

E deixem-me dizer que o sistema e todos os seus intervenientes não falharam só em Pedrogão, hoje continua a falhar e falha há mais de 20 anos quer na prevenção quer no combate!

Onde está a vigilância para a deteção de incêndios se não existem quase vigilantes e foram extintos os guardas florestais? Quem é que acabou com estas funções? Que mais-valia se retirou da sua quase extinção e ou integração noutras forças? Pois é importante ver quais eram as suas funções dos vigilantes nessa altura, e o vazio que ficou! E ninguém venha agora dizer que existem novas tecnologias ou que as forças que vieram colmatar estas funções conseguem dar conta do recado.

Claro que quando alguém tenta demonstrar que existe aqui uma falha grave aparecem logo "técnicos credenciados" que anunciam por aí em vários programas de televisão teorias que tudo está a ser feito e bem feito ou que mais não se pode fazer.

É extremamente importante apurar factos concretos e bem suportados e não teorias que "técni-

cos credenciados" apregoam.

Em Portugal existe prevenção? Em meu entender pouca e muito localizada. Na realidade a pouca que existe é feita por pessoas e empresas que só se interessam mesmo em preservar os seus bens, investindo anualmente em recursos humanos e equipamentos com critérios bem definidos.

Ponham os olhos nas matas da Afocelca como um bom exemplo de boas práticas, e mesmo assim também têm azares.

MAS EXISTE OU NÃO LEGISLAÇÃO PARA A PREVENÇÃO? EXISTEM OU NÃO ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA PREVENÇÃO?

Em meu entender existe legislação que pode não ser a suficiente, mas a que existe também não se cumpre nem se faz cumprir pelas entidades competentes ligadas ao Estado central e local.

Também sei que nada se altera de um momento para o outro, e o que se fizer agora só terá repercussões daqui a alguns anos. Mas também se nunca se alterar, tudo vai continuar como antes e em todos os incêndios florestais irão aparecer os arautos da desgraça, que há mais de 20 anos falam do ordenamento e do emparcelamento florestal mas quando se tenta ter uma negociação legislativa com pés e cabeça só pedem meios e verbas para o combate.

A prevenção é uma responsabilidade que cabe a toda a sociedade, no entanto ela deva ser balizada e orientada por uma só tutela. Actualmente a responsabilidade é partilhada pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério da Administração Interna, Câmaras Municipais e respectivos Serviços Municipais de Protecção Civil/Gabinetes Técnicos Florestais.

MAS NÃO EXISTEM PLANOS DE PREVENÇÃO? ONDE ESTÃO? QUEM OS TESTOU E OPERACIONALIZOU?

A meu ver a falta de prevenção também decorre da sua inexistência ou falta de actualização dos mesmos. Mais uma vez continua a ser por mais evidente que ninguém assaca responsabilidades técnicas e criminais às entidades competentes.

Em Pedrogão especificamente e em Portugal em geral, a prevenção falha e falhou redondamente, basta ver imagens dos vários órgãos de comunicação social.

A prevenção está logo à partida condenada ao fracasso pela falta de limpeza obrigatória à volta das aldeias, lugares ou casas isoladas em locais de arvoredo e mato rasteiro, pela falta de limpeza do mato e a existência de arvoredo de grande porte junto aos eixos-viários, são provas mais que evidentes que o acidente está ali ao virar da esquina e é uma tragédia anunciada.

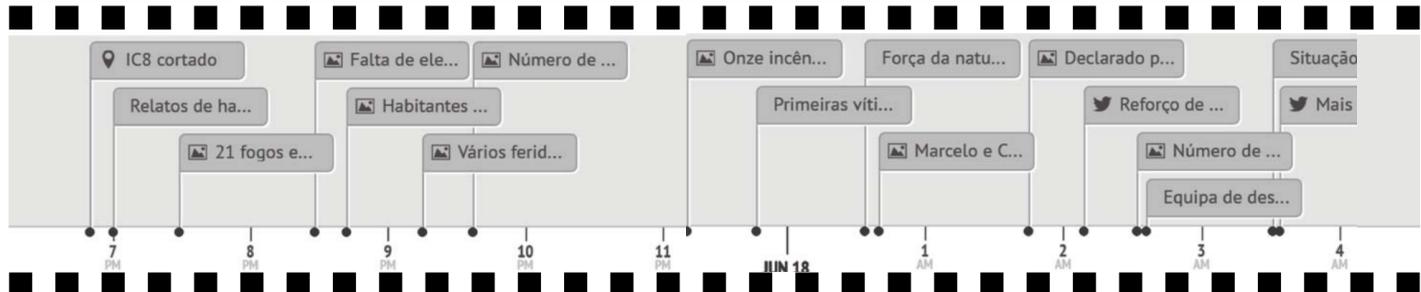
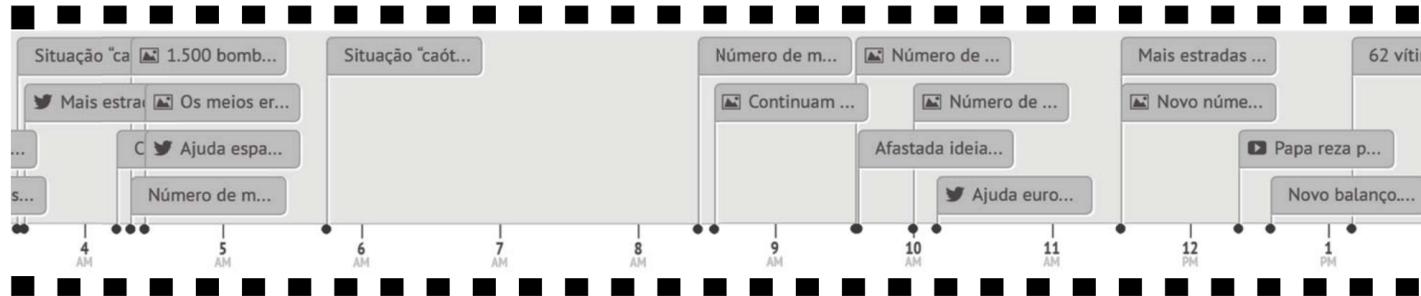
É caso para questionar o sistema e as entidades que o compõem:

- A quem competia identificar o risco?
- A quem competia, analisar, avaliar e mitigar o risco?
- A quem competia definir a nível municipal as estratégias e medidas preventivas?
- A quem competia sensibilizar a população?
- A quem competia fiscalizar dentro e fora dos municípios?
- A quem competia fiscalizar em zonas de reserva ecológica?
- A quem competia fazer as limpezas coercivas?

Se nada disto foi feito e ninguém o quis assumir, então de quem é a responsabilidade a-dministrativa e territorial? Consequências?

O REI VAI NÚ E TODOS SABEM, MAS TODOS SE FAZEM DE CEGOS OU NÃO QUEREM VER OU TÊM VERGONHA DE LHE DIZER!

Falha a prevenção e de certeza que por irresponsabilidade de uns, serão outros a ter que arcar com as



consequências do combate.

E também, mais uma vez o combate infelizmente "falha" desde a primeira hora em vários patamares de comando, por várias questões estruturais e operacionais que condicionaram toda a restante operação. E esta posição que aqui deixo patente não é uma afirmação própria mas sim um aglutinar de de várias afirmações feitas por pessoas anónimas, por políticos e outras pessoas que dão entrevistas em órgãos de comunicação social (Sexta às Nove da RTP).

É caso para questionarmos o porquê de tantas supostas falhas num sistema com tantos patames que funcionam subsidiariamente para se complementarem.

De acordo com a informação veiculada pelos media, a ANPC através do seu comando nacional tinha sido informada através de briefing pelo IPMA das condições atmosféricas que se iriam fazer sentir nesse dia.

O que se questiona nesta matéria é:

- Houve report do CNOS para o CDOS desta informação? A que horas?
- Que report foi feito pelo CDOS aos corpos de bombeiros? A que horas?
- Que medidas tomou o CDOS em relação ao dispositivo que já se encontrava em alerta amarelo?
- Se se tomaram medidas, quais foram?
- Que dispositivo existia para a 1ª intervenção?
- Porque se manteve o dispositivo de 1ª intervenção, como se não houvesse qualquer alteração climática que pudesse potenciar situações de incêndio?
- Não tinha o CNOS ou o CDOS conhecimento das comunicações do 1º COS ao chegar ao local?
- Não perceberam o CNOS ou o CDOS a gravidade da situação no local?
- Que dispositivo existia para reforçar a 1ª intervenção?

- Quanto tempo levou a activar este reforço por parte do CDOS?
- Quanto tempo levou este reforço a chegar ao T.O.?
- Qual era o dispositivo de reforço?

Há que questionar todas entidades intervenientes (CNOS, CDOS, COS) em relação a esta 1ª intervenção e apurar o que falhou. Falhou a coordenação e o comando das operações logo quando



se verifica que o 2º CODIS só vai para o Posto de Comando Operacional - PCO já o incêndio lavra há cinco horas e fora de controlo, de acordo com o relatório que responde às do CDS-PP.

E em relação ao PCO também existem questões que tem sido levantadas por diversas entidades e cidadãos. Questões que a não serem clarificadas ainda podem vir a avolumar mais o rol de críticas acerca da descoordenação e falta de comando.

Não se percebe qual a composição do PCO em matéria de recursos humanos ao nível das suas células, e inclusive e segundo algumas declarações, ainda que possam ser a "quente" devido à proximidade do incêndio, se questiona o conhecimento dessa área operacional para a presença de certos elementos no PCO.

Pois, também eu não compreendo como será possível, e caso não haja nesse PCO alguém dessa

várias equipas de bombeiros e forças da autoridade presentes para o encami-nhamento e deteção de vítimas junto das frentes de incêndio ou no seu perímetro?

O QUE FUNCIONOU NO PCO? OU MELHOR, O QUE NÃO FUNCIONOU?

Se a nível de coordenação e comando houve "supostamente" falhas, também no que respeita à informação que o poder político

Portugueses - Jaime Marta Soares acerca das operações de combate, o mesmo afirmou que o dispositivo (quase 500 bombeiros) era o suficiente.

Pois, não sendo eu comandante, e pelas imagens que vi através das várias televisões no local, percebi desde logo que era mais que insuficiente.

Ainda bem que não percebo de incêndios florestais como alguém afirmou há uns anos atrás.

Aliás, mais uma vez questiono o porquê da presença de tantas figuras e figurões no interior do PCO. Seria para condicionar ainda mais a coordenação e o comando? Não chegava já o stress de quem via tudo a falhar e a cair à sua volta?

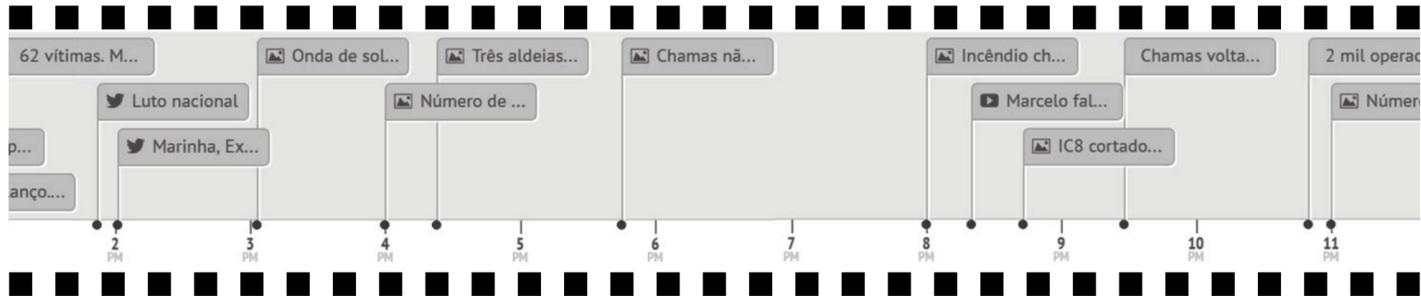
Mais uma vez me parece que junto do posto de comando faltava um outro espaço para albergar algumas pessoas que nada tinham a ver com as operações, e que se pretendiam pavonear perante as câmaras de televisão e fazer afirmações sem sustentabilidade tinham escolhido muito mal o cenário.

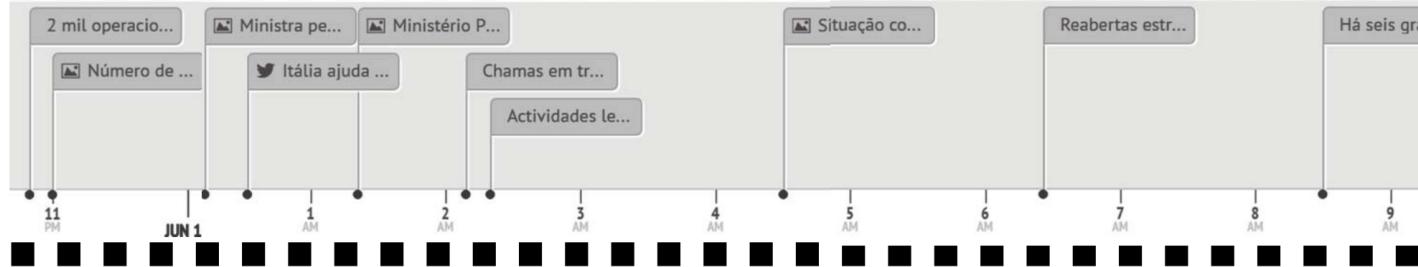
Tristes declarações se fizeram, que mais parecia quererem salvar a "honra do convento".

Se à tutela se pedia a sua presença no local, e que aconteceu com a sobriedade que se pedia, a outros foram de Lisboa ou de Coimbra e quase que aposte que em outros cenários ou o-perações sem esta mediatização nunca lá aparecem.

"AS CÂMARAS DE TELEVISÃO E O PALCO DOS INCÊNDIOS FAZEM EXPERTS A CADA HORA QUE PASSA"

Mas o que interessa nesta questão das suas primeiras declarações, é se alguém não informou totalmente o Secretário de Estado da Administração Interna, da real situação operacional? Pois era evitável que se dissesse que os meios eram suficientes e nos momentos seguintes o reforço de meios foi inexplicavelmente exponencial.





Informaram ou não o SEAI? Deve-se apurar responsabilidades caso não o tenham feito!

A dado momento, e porque houve falhas nas comunicações, embora o relatório do SIRESP não encontre as mesmas, “ceguinhos que eles andam”, passou a ser este o facto concreto que condicionou toda a operação. A culpa das falhas operacionais para alguns foi logo encontrada, qual bode expiatório.

Bem, eventualmente já sabiam, mas não oficialmente pelas reuniões que deveriam ter tido e não tiveram com todas as entidades que utilizavam o SIRESP.

Porém, já em exercícos e situações reais de incêndio foram detectadas essas falhas e informada a tutela.

Não é à toa, que na anterior legislatura se pediu um relatório, para apurar essas falhas (sabemos agora pelas televisões) que ficou confidencial, sabe-se lá porquê!

Na realidade é uma vergonha, que esses senhores que de tudo sabiam e nada fizeram, venham agora questionar o que os actuais fizeram ou não para resolver a situação. Bem, aprez-me dizer que os actuais também tinham informação que o sistema já tinha falhado, e também nada fizeram.

A empresa SIRESP bem como a SIGMAL, que gere o sistema de comunicações tinham em sua posse essas informações de falhas, e sabiam muito bem que essas falhas podiam pôr em perigo as ações de protecção civil. O que fizeram? Nada! Responsabilidades? Sanções, consequências?

A empresa do SIRESP não se pode distanciar ou esconder das mortes que ocorreram, e o país em geral e as famílias em particular têm o direito de saber o que realmente aconteceu.

Ainda que se tente escamotear a questão da falha das comunicações nada ter a ver com a condução das operações e do resgate a pessoas que por diversas vezes pediram socorro

e que o PCO tentou sem sucesso pedir ajuda aos operacionais no TO e vice-versa, o que é certo e provado é que estes não conseguiram comunicar entre si. E isto é condenar à morte qualquer operação.

Há que assacar responsabilidades e consequências criminais. E enquanto operacional, nunca mais me irei esquecer da infeliz afirmação difundida várias vezes nesse e nos dias seguintes, de que o SIRESP caiu 1 minuto ou meio minuto!

A ARROGÂNCIA É UM DEFEITO QUE SE PAGA MUITO CARO, EM ESPECIAL QUANDO AS OPERAÇÕES DE SOCORRO CORREM MAL, E EXISTEM INFELIZMENTE MORTES DE PESSOAS INOCENTES

E a arrogância com que se faziam declarações aos órgãos de comunicação social por parte de alguns elementos com responsabilidade no comando das operações, bem como a hipocrisia de outros que representam instituições ligadas aos bombeiros e protecção civil, foi bem demonstrativo da desarticulação e desorganização do dispositivo de combate e do seu comando.

A demora no reforço de meios quer para combate quer para reserva, logo na primeira hora de incêndio, foi por demais evidente para os bombeiros no combate bem como para a população que viam o incêndio progredir sem qualquer hipótese de ser parado.

Se nas primeiras horas e quando poderiam controlar o incêndio, a falta de bombeiros era evidente, nas horas subsequentes estiveram no TO mais de um milhar de bombeiros, em que alguns estavam completamente “descordenados” e outros à espera de missão desde que lá chegaram.

Enquanto uns estavam esgotados, outros pediam ao PCO para intervir sem sucesso, o que motivou alguns pedidos de desmobilização e

desalento para quem se voluntariou para ajudar.

Mais uma vez fica bem patente o amadorismo da coordenação e comando das operações. É questionável inclusivé o porquê deste amadorismo, se em alguns casos são elementos que já se encontram nos “sistema” há muitos anos. Também não é pelo facto de estarem no “sistema” há muitos anos que lhes dá competência para o desempenho da função, o que levanta muitas interrogações quanto à sua real necessidade para o “sistema”.

E perante esta situação impõe-se o seguinte:

TÊM OU NÃO, ALGUNS DESTES COORDENADORES DA P. CIVIL E COMANDANTES DE BOMBEIROS, COMPETÊNCIAS PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO E DO CARGO?

Em nosso entender estas funções devem ser ocupadas por pessoas devidamente formadas superiormente na área académica e especial para o desempenho da função por entidade formadora reconhecida. Ao mesmo tempo estas pessoas não podem continuar sem dependências administrativas ou jurídicas, e ao sabor de quem os quer contratar.

A função e por inerência a sua responsabilidade obriga a um enquadramento profissional, ou seja uma carreira, e a sua dependência administrativa bem definida em relação ao Estado.

Ao invés do atrás elencado, o “sistema” tem estado alicerçado em pessoas muito voluntariosas, mas sem perfil e capacidades que lhe permitem dar seguimento à sua progressão profissional.

O “SISTEMA” PERMITE E APOPARICA OS “PARAQUEDISTAS”

Resta questionar o Estado, se este pretende ou não garantir a segurança dos seus concidadãos, sem que recorra a entidades privadas para o efeito.

A nós parece-nos que não, porque até agora nunca pretendeu demonstrar intenções de profissionalizar os bombeiros ou os seus comandos, exceptuando alguns grupos tais como os ECINS.

Invariavelmente, os sucessivos governos, têm sempre dito que o sistema de protecção civil tem os bombeiros como o seu principal braço armado e alicerçado nos bombeiros voluntários.

DEVE ESTAR O SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIOS DEPENDENTE DO VOLUNTARIADO? É ESTA A SOLUÇÃO DE SEGURANÇA PARA O PAÍS?

Anós parece-nos que não, já que todo o dispositivo do DECIF assenta neste pretenso “voluntariado”, que o Secretário de Estado da Administração Interna “alegou” receber 1350 euros mensais isentos de IRS (45€ por cada 24 horas).

A receberem tal verba, estes bombeiros serão voluntários ou profissionais?

Esta afirmação partiu de um pressuposto “errado”, como se estes voluntários se pudessem voluntariar para exercerem voluntariado profissional 24h sobre 24h!

Bem, ao não ser que esta afirmação se suporte nos profissionais que exercem o seu horário de trabalho diário e no fim do turno entram de voluntário para fazer o ECIN nocturno e novamente às 08h do outro dia entram no novamente no seu horário de trabalho diário. Se assim for, tem toda a razão!

Mas para lá desta polémica de rotação profissional – voluntário e vice-versa, se são estes os custos que o DECIF apresenta para cada bombeiro voluntário, então os valores acabam por ser tão ou mais caros do que se fossem bombeiros das autarquias.

ENTÃO PORQUE PORQUE NÃO SE PROFISSIONALIZA O DECIF? QUAL O RECEIO DA PROFIS-

SIGNALIZAÇÃO? QUE ENTIDADES OU ESTRUTURAS NÃO CONCORDAM, E PORQUÊ? ESTARÁ EM CAUSA A SUA IDEOLOGIA OU O SEU STATUS QUO? QUANTO CUSTA (CUSTOS DIRECTOS E INDIRECTOS) O DECIF?

No fim de contas o voluntariado no DECIF é uma falácia, e definitivamente não é a solução para o país e para quem perdeu entes queridos e tudo o que levou uma vida a construir.

Se não é solução para estes, também não o é para todos aqueles que defendem acerrimamente e cegamente o voluntariado, e eles sabem-no bem embora digam o contrário, mas depois “comem” com as forças profissionais tais como os GIPS/GNR, F. Armadas, PSP e FEB, e aceitamos ao contrário do que sucede com os bombeiros sapadores ou municipais que parecem fazer sombra a alguns do “sistema”.

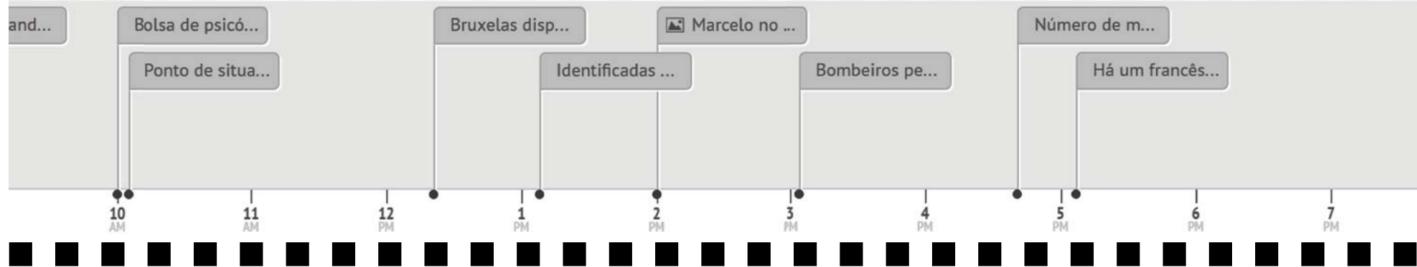
Quando isto acontece é uma vergonha, e nestas coisas há que ter vergonha na cara! Sim, vergonha na cara, porque não a têm quando faltam à verdade descaradamente para o seu séquito e para os órgãos de comunicação social, quando eles próprios se dizem voluntários na direcção ou comando dos bombeiros, mas com ordenados princípscos, prémios, senhas de presença, carro e combustível, pagas pelas instituições “humanitárias” afectas aos bombeiros “assalariados e muito mal pagos” e ou a voluntários que dão o corpo ao manifesto, quais mártires quando morrem nos incêndios em defesa da segurança do país.

A VERDADE É COMO O AZEITE... VEM SEMPRE AO DE CIMA

Outros há que vivem no “sistema”, os famosos “dinossauros” da P. Civil e bombeiros conforme as necessidades pessoais e corporativistas.

Depois de Pedrogão – Gois – Castanheira de Pera, esperamos que o Governo aproveite esta catástrofe sem precedentes para ter a coragem que se impõe para estruturar a P. Civil e bombeiros,

COM ESTAS “VOLUNTARICES TODAS”, É NORMAL QUE NÃO QUEI-



RAM O BICHO-PAPÃO DA PROFISSIONALIZAÇÃO

Alguns dos que outrora abominavam os bombeiros voluntários, e criticavam a coordenação e o comando, desde que entraram no “sistema” já dizem que está tudo bem. Bem é caso para ficar a pensar que com a entrada destas pessoas o “sistema” ficou melhor, ou então querem tapar o sol com a peneira.

A VERDADE É COMO O AZEITE... VEM SEMPRE AO DE CIMA

Outros há que vivem no “sistema”, os famosos “dinossauros” da P. Civil e bombeiros conforme as necessidades pessoais e corporativistas.

Depois de Pedrogão – Gois – Castanheira de Pera, esperamos que o Governo aproveite esta catástrofe sem precedentes para ter a coragem que se impõe para estruturar a P. Civil e bombeiros,

profissionalizando a prevenção e o combate, reforçando os bombeiros em detrimento de outras forças de segurança que pelos vistos também “pretendem” ser bombeiros.

A estas forças também lhes deixo uma palavra de apreço pelo esforço e dedicação nas operações de P. Civil, que sabemos que foi uma opção política e que pelo facto obrigam-se a cumprir a missão que lhes foi confiada.

No entanto também lhes deixo aqui bem expresso, que por força dessa missão confiada politicamente, que não tentem usurpar a função do bombeiro.

A FUNÇÃO DE BOMBEIRO É POR INERÊNCIA HISTÓRICA DOS BOMBEIROS, QUE TAMBÉM NUNCA EXIGIRAM SER OUTER AS FUNÇÕES INERENTES ÀS FORÇAS DE SEGURANÇA

Para finalizar, é uma necessidade e um designio nacional a profissionalização dos elementos

que ocupam ou têm funções de coordenação, já que são oriundos de cargos de comando.

Ainda que o Estado diga, e com razão que os comandantes das AHBV que são entidades de direito privado, não pode este mesmo Estado demitir-se de legislar no sentido de criar bolsas de elementos de comando do tipo colégial, afectos ao Estado no sentido de se profissionalizarem e deterem formação e competências por forma a que cada corpo de bombeiros aí possa aceder para recrutar o seu comando devidamente reconhecido e homologado pela ANPC.

Se essa legislação fôr nesse sentido também o problema dos CODIS fica resolvido, já que estes também devem ser provenientes dos cargos de comando dos bombeiros.

Sim, porque mais uma vez, algumas estruturas que representam os bombeiros e ou as direcções das AHBV alegam que não

existe comando único, porque os CODIS são da P. Civil e não dos bombeiros.

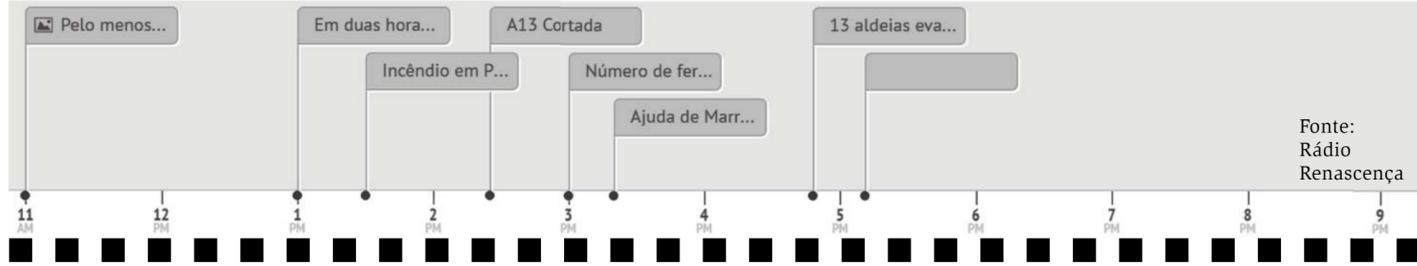
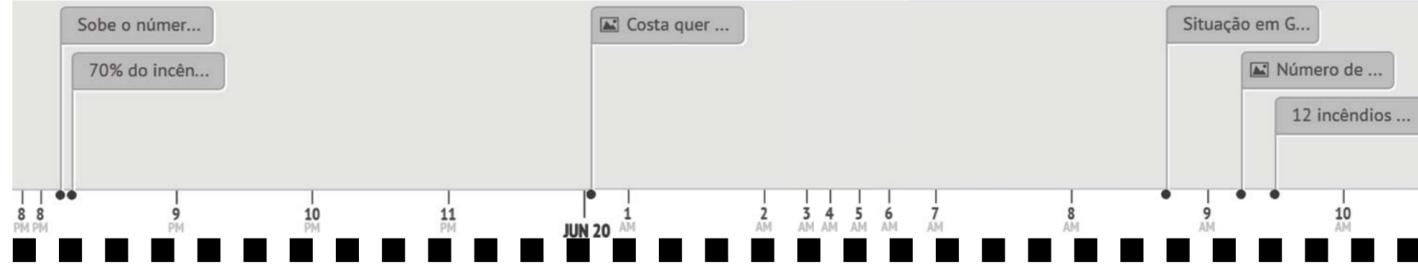
Por outro lado, também se assiste a mais uma guerra de CODIS e pelos que saíram e pelos que entram, que aparenta um sector de protagonismos, egos feridos, interesses, direitos hereditários, bairrismos, capelinhas, politiquices e outras coisas que não me atrevo a dizer.

Não importa quem saiu ou entrou! Os que saíram, estavam em regime de comissão e ponto final! Se não fazem parte do efectivo da ANPC ou não detinham as requisitos académicos que a lei impõe e para os quais tiveram 10 anos para os regularizar, o que estavam à espera? Eternizarem-se no lugar? Se querem uma carreira profissional nesta área, lutem para que ela venha a ser uma realidade junto do Governo, e não como aconteceu, se venham a lamentar do seu infortúnio.

Se a questão do comando é importante, não o é menos a questão das comunicações. Não se pretendem medidas e alterações feitas à pressa mas sim medidas que se possam testar e aferir da sua funcionalidade e eficácia. Pretende-se garantir que o Estado tenha um sistema de comunicações entre forças de segurança e exclusivamente do Estado e não de privados em todas as suas funcionalidades que possa aguentar situações extremas.

Se a questão do comando é importante, não o é menos a questão das comunicações. Não se pretendem medidas e alterações feitas à pressa mas sim medidas que se possam testar e aferir da sua funcionalidade e eficácia. Pretende-se garantir que o Estado tenha um sistema de comunicações entre forças de segurança e exclusivamente do Estado e não de privados em todas as suas funcionalidades que possa aguentar situações extremas.

E também não quero deixar pas-



Fonte: Rádio Renascença

notícias



Municipais de Olhão já têm 2º Comandante

Os bombeiros Municipais de Olhão já têm 2º comandante. Bruno Filipe Santos tomou posse a 30 de Junho, no quartel dos Bombeiros Municipais. Na cerimónia estiveram presentes o presidente da Câmara Municipal, António Pina e comandante distrital de operações de socorro de Faro, Vítor Vaz Pinto.

No seu discurso, o autarca avançou que “está em execução o projeto do novo quartel, uma promessa antiga que será uma realidade em 2018”. Numa nota de imprensa da autarquia, António Pina referiu que a Câmara Municipal tem estado “sempre disponível para dotar a corporação de todo o material necessário”.

Já o comandante dos Mu-

nicipais de Olhão, Luís Gomes, falou das “injustiças” de que os bombeiros estão a ser alvo, admitindo estar desiludido “pela falta de aprovação de um estatuto profissional com a dignidade que os bombeiros merecem”. O comandante considerou que “temos um conjunto de projetos em curso que irão elevar ainda mais a grandeza desta instituição e do socorro em Olhão”.



Reunião com vereadores da Câmara Municipal de Lisboa

ANBP/SNBP reuniram-se, dia 4 de julho, com os vereadores da proteção civil e dos recursos humanos da Câmara Municipal de Lisboa, Carlos Manuel Castro e João Paulo Saraiva, respetivamente. Da reunião saiu a garantia de que os bombeiros vão consolidar na categoria no dia 1 de Agosto, tendo este facto

ficado acordado em ata (caixa em baixo).

Marcaram ainda presença o comandante do RSB, Tenente-Coronel Pedro Patrício e o Capitão Isidro Pinheiro. Do lado de ANBP/SNBP estiveram presentes, Sérgio Carvalho, Arnaldo Lopes, Ricardo Barreto e Hugo António.

► Ata da Reunião



ATA

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e dezassete, na sala de reuniões do Gabinete, no Edifício do Campo Grande, em Lisboa, reuniram-se o Senhor Vereador João Paulo Saraiva, os Senhores Sérgio Carvalho, Hugo António, Arnaldo Lopes e Ricardo Barreto em representação do SNBP e da ANBP.

Estive ainda presente o representante da Direção Municipal de Recursos Humanos.

Foi acordado o seguinte:

- 1) Em matéria de mobilidades:
 - No que concerne à consolidação das mobilidades atualmente vigentes, foi acordado o procedimento a adotar, de forma a ser enquadrado na categoria e escala salarial constante da tabela salarial dos Bombeiros Sapadores, prevista no Decreto-Lei n.º 106/2002, de 13 de abril.
 - No que concerne às novas mobilidades, foram acordadas alterações ao processo inicialmente proposto pela CML, que figuram assinaladas em anexo.

2) Em matéria de precariedade:

- Foi apresentado pelo Município o relatório preliminar e discutido com o sindicato.
- Foi apresentada pelo Município a proposta de metodologia de registo de interessados, que mereceu o acordo do sindicato.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, de cujo conteúdo se lavrou a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos presentes.

O Vereador, João Paulo Saraiva

[Assinatura]
Pelo SNBP e ANBP.

Sérgio Carvalho Hugo António Arnaldo Lopes Ricardo Barreto
[Assinaturas]

Liga dos Bombeiros Portugueses defende profissionalização dos bombeiros

O presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses, Jaime Marta Soares, disse “colocarmos indivíduos assalariados, profissionais, para ajudar a resolver o problema” é a solução para combater a diminuição do número de bombeiros no país e conseguir responder ao aumento das solicitações.

Em declarações à RTP, no dia 17 de julho, o presidente da Liga reforçou a ideia de que

“há um maior chamamento aos bombeiros, os bombeiros têm muitas responsabilidades e não se fez acompanhar aquilo que é a sua resposta. Ou seja, os bombeiros não são minimamente ressarcidos do serviço que prestam à sociedade.” Jaime Marta Soares sublinha então que “as soluções são [...] colocarmos indivíduos assalariados, profissionais, para ajudar a resolver o problema.”

notícias

Arquivo RTP



► Reunião entre Silveira Godinho e Miguel Cadilhe, Ministros da Administração Interna e das Finanças, com os 17 governadores civis com o objetivo de esclarecer os principais pontos do orçamento de estado de 1990, em Lisboa, no dia 27 de outubro de 1989.

ANBP defende o regresso dos governadores civis na prevenção e combate aos incêndios

O presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto, disse que os governadores civis fazem uma grande falta e que a sua ausência tem um impacto considerável na relação entre o poder local e o poder central.

Em declarações à agência Lusa, Fernando Curto sublinhou que “era importante rever e repor a figura do governador civil enquanto decisor político e enquanto responsável em cada distrito”. O presidente da ANBP salientou a importância da proximidade entre os poderes local e central, especialmente na prevenção e combate aos incêndios, referindo que “era minimizada e a decisão era muito mais célere, era muito mais pronta e contribuiria de certeza absoluta”. Como elemento intermédio entre a administração local e a central, a ausência do governador civil “tem provocado alguma desorganização” na ativação dos meios e na organização dos planos de emergência.

O presidente da Associação Portuguesa de Bombeiros Voluntários, Rui Silva, disse, também em declarações à Lusa, que “passar as competências que eram do governador civil, no caso concreto da Proteção Civil, para o comandante dis-

trital de operações de socorro [CODIS] é que, eventualmente, não foi a melhor opção [...] uma vez que o CODIS “não tem competências políticas, tem só competências operacionais”.

José Miguel Medeiros, antigo governador civil de Leiria e antigo secretário de Estado da Proteção Civil, salientou que “há todo um trabalho que deixou de ser feito e que não foi substituído por ninguém, portanto é natural que, em geral, todo o sistema estivesse mais frágil em todo o país”.

A ex-governadora civil de Faro e atual presidente da Câmara de Portimão, Silda Gomes, também frisou a falta do governador civil, dando o exemplo de que “oiço muitos comandantes referir-me, pessoalmente, que sentem essa ausência, alguns confundiram-me, inclusive, que se sentem de certo modo ‘órfãos’ [...], porque viam no governador civil uma figura política de coordenação ativa e efetiva”.

Ministra admite repensar governos civis

A ministra da Administração Interna poderá aproveitar a revisão de lei bases da proteção civil para repor a função de governador civil como “serviço descentralizado”.

“Temos que distinguir o governador civil enquanto re-

presentante do Estado no distrito e o governador civil enquanto serviço descentralizado e (foi) nessa segunda vertente que ficámos com um grande vazio”. A afirmação da ministra surgiu como resposta a uma pergunta do deputado do CDS, Nuno Magalhães, na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, realizada a 28 de junho.

Quando questionada sobre se as mudanças do comando intermédio da Autoridade Nacional de Proteção Civil não seria uma das explicações para a descoordenação do terreno, Constança Urbano de Sousa referiu que tocos os dias se pergunta “porque acabaram com os governadores civis, que eram os pivots nestes teatros de operações? Confesso que muita falta fazem nestes casos em que é preciso coordenar várias entidades”.

Mediante a pergunta direta do líder parlamentar do CDS sobre a intenção de propor a reposição dos governadores civis a ministra admitiu a hipótese.

Recorde-se que os governadores civis foram extintos em setembro de 2011, por Miguel Macedo, Ministro da Administração Interna de Pedro Passos Coelho. Uma extinção que foi apresentada como significando uma poupança de 3 milhões e 150 mil euros.

Governadores Civis Alguns dos muitos Governadores Civis que valorizaram o setor dos Bombeiros e Proteção Civil



► José Paiva de Carvalho / Leiria 2008-2011



► Cristóvão Crespo / Portalegre 2002-2005



► António Galamba / Lisboa 2009-2011



► Henrique Fernandes / Coimbra 2005-2011



► Eurídice Pereira / Setúbal 2007-2009



► Sónia Sanfona Cruz Mendes / Santarém 2009-2011



► Isilda Gomes / Faro 2007-2011



► Teresa Caeiro / Lisboa 2002-2003



► Maria Torradas Rocha / Lisboa 2005-2008



► Maria Alzira Serrasqueiro / Castelo Branco 2001-2002, 2005-2011

fomos notícia

FRASE

ESTE ANO, TEMOS A PROVA EVIDENTE DE QUE [OS GOVERNOS CIVIS] FAZEM MUTTA FALTA"

FERNANDO CURTO
ASS. NACIONAL BOMBEIROS PROFissionais, SOBRE INCENDIOS

FRASE

PEDIMOS AO GOVERNO REGIONAL A CRIAÇÃO DE EQUIPAS DE 1.ª INTERVENÇÃO NOS AÇORES"

SÉRGIO CARVALHO
SINDICATO NACIONAL DE BOMBEIROS PROFissionais

DN 01.07.17

Sindicato dos Bombeiros Profissionais quer equipas de 1.ª intervenção nos Açores

O Sindicato dos Bombeiros Profissionais dos Açores (SBPA) quer a criação de equipas de 1.ª intervenção nos Açores. Segundo o presidente do sindicato, Sérgio Carvalho, a criação destas equipas é fundamental para garantir a segurança das populações e a proteção do património cultural e natural da região.

DN 04.07.17

Inclusão: Associações de bombeiros criticam falta de fiscalização nas florestas

Associações de bombeiros profissionais criticam a falta de fiscalização nas florestas. Segundo os responsáveis, a falta de fiscalização contribui para o aumento dos incêndios florestais, colocando em risco a vida e o património das populações.

DN 04.07.17

Inclusão: Bombeiros defendem presença de 1.200 profissionais nas florestas todo ano

Bombeiros defendem a presença de 1.200 profissionais nas florestas todo ano. Segundo os responsáveis, esta medida é essencial para garantir a segurança das populações e a proteção do património cultural e natural da região.



Bombeiros profissionais querem um verdadeiro acordo coletivo de trabalho



ANBP Foi Ouvida na Comissão de Agricultura e Mar da Reforma da Floresta



No âmbito das audições sobre a Reforma da Floresta da Comissão de Agricultura e Mar, a Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais foi uma das entidades presentes na reunião do dia 4 de Julho deste grupo de trabalho.

Associação defende acordos coletivos nos bombeiros

Associação Nacional quer angariar um verdadeiro acordo coletivo para os bombeiros profissionais. Segundo os responsáveis, este acordo é essencial para garantir a segurança das populações e a proteção do património cultural e natural da região.



Profissionalização é necessária e vai resolver muitos problemas

Observador

Bombeiros defendem presença de 1.200 profissionais nas florestas todo ano



1.200 bombeiros florestais profissionais em Portugal, preparados para prevenir e combater fogos florestais todos os anos, a medida crucial na prevenção de um dos maiores riscos de segurança.

Aforiano Oriental

Sindicato dos Bombeiros Profissionais quer equipas de 1.ª intervenção nos Açores



O Sindicato dos Bombeiros Profissionais dos Açores quer a criação de equipas de 1.ª intervenção nos Açores. Segundo o presidente do sindicato, Sérgio Carvalho, a criação destas equipas é fundamental para garantir a segurança das populações e a proteção do património cultural e natural da região.

Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais

Valem os Bombeiros Portugueses!



Valem os Bombeiros Portugueses! Os bombeiros portugueses são heróis e trabalham incansavelmente para garantir a segurança das populações e a proteção do património cultural e natural da região.

Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais

Venham de Lá as Eleições! "Gosto Tanto dos Bombeiros!"



Venham de Lá as Eleições! "Gosto Tanto dos Bombeiros!" Os bombeiros portugueses são heróis e trabalham incansavelmente para garantir a segurança das populações e a proteção do património cultural e natural da região.



Dia Nacional do Bombeiro Profissional



11. SET. 2017

Funchal-Madeira



ter a leitura do seu
consumo em dia

é fácil

Para comunicar mensalmente a sua
leitura, escolha a forma mais cómoda
para si.

Leituras EDP Distribuição
800 507 507 (24h, chamada grátis)

edpdistribuicao.pt

APP edp distribuição



APP edp distribuição
descarregue aqui grátis



a sua energia passa por nós

edpdistribuicao.pt